

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**DARA MARIA MARQUES DA SILVA**

**A “ONDA ROSA” LATINO-AMERICANA E O DEBATE DECOLONIAL: AS  
RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA REGIÃO**

**CAMPINAS**

**2024**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS**

**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DARA MARIA MARQUES DA SILVA**

**A “ONDA ROSA” LATINO-AMERICANA E O DEBATE DECOLONIAL: AS  
RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Relações Internacionais da Escola de Economia e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a) Ana Paula Lage de Oliveira

**CAMPINAS**

**2024**

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586	<p>Marques da Silva, Dara Maria</p> <p>A "ONDA ROSA" LATINO-AMERICANA E O DEBATE DECOLONIAL: AS RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA REGIÃO / Dara Maria Marques da Silva. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>79 f.</p> <p>Orientador: Ana Paula Lage de Oliveira .</p> <p>TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Relações Internacionais, Escola de Economia e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Onda Rosa. 2. Decolonialismo. 3. América Latina. I. Lage de Oliveira , Ana Paula . II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios. Faculdade de Relações Internacionais. III. Título.</p>
------	--

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS**

**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DARA MARIA MARQUES DA SILVA**

**A “ONDA ROSA” LATINO-AMERICANA E O DEBATE DECOLONIAL: AS  
RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA REGIÃO**

Dissertação defendida e aprovada em 14 de  
novembro de 2024 pela comissão  
examinadora:

---

Prof(a). Dr(a) Ana Paula Lage de Oliveira

Orientador e presidente da comissão  
examinadora.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

Prof(a). Dr(a) Delaíde Silva Passos

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

**CAMPINAS**

**2024**

Dedico este trabalho aos meus pais, por todas as oportunidades de estudo e por sempre me apoiarem em meus sonhos. Aos meus avós, Maria e Pedro por serem acreditarem em mim, tenho certeza de que tudo que tenho conquista é devido a vossas orações. A todos da minha família, que me guiam de onde estão (mesmo que alguns, não mais nesse plano). Aos meus amigos que fizeram esses anos mais leves, em especial a turma 05, que se tornou família e fez com que meus anos de graduação fossem tão especiais. Sem cada um de vocês nada disso seria tão significativo.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof(a). Dr(a) Ana Paula Lage de Oliveira

Orientadora desse trabalho, que me auxiliou em todo o processo de forma acadêmica e pessoal, me deixando sempre motivada.

À Prof(a) Dr(a) Delaíde Silva Passos

Professora essencial nesses anos de Universidade, que me fez querer me aprofundar cada vez mais nos estudos críticos das Relações Internacionais.

À Prof(a) Dr(a) Kelly Ferreira

Professora e Diretora do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que me ensinou tanto pessoalmente e profissionalmente sobre o mundo acadêmico.

## RESUMO

A Onda Rosa foi um período que se iniciou em 1999, com a chegada de Hugo Chávez no poder da Venezuela, e se finalizou, entre 2010 e 2015. Marcado pela chegada de governos de esquerda no poder, o período possibilitou mudanças políticas, econômicas e sociais na América Latina. Por outro lado, o debate decolonial se colocou nas academias durante a década de 1990 através do “Grupo Modernidade/ Colonialidade”. Através da construção de “Cooperações Sul-Sul”, e da busca pelo fim das raízes coloniais na região, o discurso decolonial pode ser visto como base de falas de representantes estatais. Nesse sentido, esse trabalho visa entender as relações entre o movimento Onda Rosa e o debate decolonial nas políticas externas dessa região. Para isso, foram escolhidos três países chaves de análise: Argentina, Bolívia e Brasil. No trabalho, foi realizado um estudo sobre alguns conceitos decoloniais de teóricos desses países para complementar a pesquisa. Além disso, discursos de representantes desses Estados no período foram explorados para entender como os movimentos se tangenciavam. Por fim, organizações latino-americanas que foram criadas, ou se fortaleceram nessa época, foram observadas para entender a materialização proferidas por esses países, fazendo eco aos anseios dos mesmos. Assim, através de métodos qualitativos o trabalho comprovou que há uma relação cíclica entre a Onda Rosa e o debate decolonial.

**Palavras-Chave:** América Latina; Cooperação Sul-Sul; Decolonialismo; Onda Rosa; Política Externa,

## ABSTRACT

The Left Wing was a period that began in 1999 with the rise of Hugo Chávez's in the government of Venezuela and ended between 2010 and 2015. Characterized by the emergence of leftist governments, this period enabled political, economic, and social changes in Latin America. On the other hand, the decolonial debate emerged in the academy during the 1990s through the "Modernity/Coloniality Group". Through the establishment of "South-South Cooperations" and the quest to end colonial roots in the region, the decolonial discourse could be seen as a basis for the statements of state representatives. That way, this work aims to understand the relationships between the Left-Wing movement and the decolonial debate in the foreign policies of this region. To achieve this, three key countries were chosen: Argentina, Bolivia, and Brazil. The study involved an examination of some decolonial concepts from theorists of these countries to complement the research. Additionally, representatives of these states' speeches were explored to understand how the movements were intersected. Finally, Latin American organizations that were created or strengthened during this time were observed to understand how they were a materialization of the statements of these countries, echoing their aspirations. Thus, through qualitative methods, the study demonstrated that there is a cyclical relationship between the Left Wing and the decolonial debate.

**Keywords:** Latin America, South-South Cooperations, Decolonialism, Left-Wing, Foreign Policies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: A ONDA ROSA LATINO AMERICANA.....</b>	<b>15</b>
1.1. Raízes revolucionárias.....	15
1.2. Antecedentes que influenciaram o fenômeno.....	18
1.3. O movimento Onda Rosa e suas características.....	21
1.4. As Esquerdas Renovadores e Refundadoras.....	25
1.4.1. Refundadora: A Onda Rosa na Bolívia.....	27
1.4.2. Renovadores: A Onda Rosa na Argentina e no Brasil.....	29
<b>CAPÍTULO 2: O DEBATE DECOLONIAL NO SÉCULO XXI.....</b>	<b>34</b>
2.1. Decolonialismo: conceitos e história.....	34
2.2. Estudos decoloniais: Bolívia, Argentina e Brasil.....	38
2.2.1. Walter Mignolo: Desocidentalização, Desmodernidade e Decolonialismo.....	39
2.2.2. Francine Rossone e a “Saga Pelo Desenvolvimento”.....	41
2.3. Xavier Albó E O El Buen Convivir.....	43
<b>CAPÍTULO 3: RUMO A UMA POLÍTICA EXTERNA DECOLONIAL.....</b>	<b>46</b>
3.1. Os discursos na política externa.....	46
3.2. As Alternativas de Construção Decolonial na América Latina.....	53
3.2.1. MERCOSUL .....	54
3.2.2 ALBA .....	56
3.2.3. UNASUL.....	59
3.2.4. CELAC.....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

Ao final de 2022, com a eleição de Luiz Inácio da Lula Silva no Brasil, diversos canais de notícias marcaram a possibilidade de estar ocorrendo uma nova onda progressista<sup>1</sup> no continente latino-americano. Essa vitória em outubro de 2022 deixou as seis nações mais populosas da região nas mãos de governos mais ligados à esquerda. Esta dúvida marcou a possibilidade de estar ocorrendo uma nova Onda Rosa na América Latina<sup>2</sup>, um movimento do final e início do século XX que hoje, está intercalado por períodos de predominância de governos neoliberais.

Historicamente, a última década do século XX demonstrou um fracasso econômico e social da ordem neoliberal vigente na América Latina. Após duas décadas do protagonismo do modelo, marcado por forte presença do capitalismo estadunidense, os países latino-americanos passaram por diversas crises resultantes das políticas neoliberais instauradas de diferentes formas em cada país. Esse período foi marcado por queda no Produto Interno Bruto (PIB), aumento das desigualdades e aumento da pobreza (PAEZ, 2017).

A partir dessas crises, parte dos países da região passou a criar alternativas políticas para se afastar do modelo neoliberal proveniente da supremacia dos Estados Unidos da América (EUA). Estes movimentos se aproximaram da esquerda mundial, possibilitando mudanças políticas e sociais em toda a região (SILVA, 2020).

A insatisfação passou a se fazer mais presente nas camadas populares dos países, principalmente entre grupos e movimentos de povos oprimidos – como indígenas, afrodescendentes e feministas –, aprofundando os debates contra-hegemônicos e anti-liberais. Desta forma, o fluxo de governos de esquerda na região se iniciou com a chegada de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1999,

---

<sup>1</sup> Entende-se por progressista a ascensão de projetos de Estados que defendem a intervenção governamental na economia e os direitos humanos.

<sup>2</sup> O conceito de América Latina derivou-se da noção de latinidade, expressão elaborada na França como forma de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América. O termo representa um passado de preconceitos raciais e de inferiorização do colonizado (QUENTAL, 2012). Faço-me ciente das problemáticas da denominação e utilizo-a para facilitar o entendimento geral do tema que é de suma importância dado que reconhecemos dentro da academia a região desta maneira. Acredito que apenas com a compreensão do decolonialismo de forma ampla podemos nos desprender da utilização de termos como esse.

formalizando o que me refiro aqui como “Onda Rosa” ou “Maré Rosa”<sup>3</sup> na região (CALZAVARA, 2021).

O movimento Onda Rosa, que predominou durante toda a primeira década do século XXI, teve um alto efeito multiplicador no período. Levando-se em consideração a configuração geral, pelo menos dez países (sendo eles Venezuela, Brasil, Chile, Bolívia, Nicarágua, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai e El Salvador) dos vinte e um que compõem a região latino-americana tinham presidentes de esquerda ou centro-esquerda no poder no começo de 2009. Esse movimento fica ainda mais claro quando comparado aos números dos anos anteriores: de 2005 a 2008 apenas 33% dos governos da região tinham presidentes ligados à direita, enquanto na década de 1990, 64% eram de caráter neoliberal (BLANCO, GRIER, 2013).

Desta maneira, a Onda Rosa possibilitou diversas alterações políticas, sociais e econômicas nesses países, trazendo transformações diversas. Esse movimento influencia até hoje as questões políticas internas e externas dos países da região. Mesmo após seu fim, com o retorno do neoliberalismo esse não passou a ser mais constante, a América Latina vivenciou em alguns momentos o retorno de governo de esquerda e continuou colhendo frutos das políticas daquela década. Tal fenômeno, teve grandes consequências nas políticas externas da região, define até hoje as formas de cooperação internacional que constroem mais de 20 anos depois de seu início.

Em paralelo a este movimento, pensamentos de novos meios de entender a ordem mundial estavam aflorando. Entre aqueles que ganharam força na América Latina, é possível se aprofundar sobre o decolonialismo.

O debate decolonial se fortaleceu no final dos anos 1990 por meio de um grupo heterogêneo e transdisciplinar de autores. Eles buscavam produzir conhecimentos acerca dos resquícios de colonização ainda presentes na modernidade a partir de um referencial latino-americano (BALLESTRIN, 2013).

A decolonialidade é uma proposta de construção epistêmica, teórica e metodológica que busca compreender as relações de poder dadas no mundo. A

---

<sup>3</sup> A explicação do uso desta denominação, e não utilização de suas variações como “guinada à esquerda” será descrita no capítulo um deste trabalho.

corrente visa a superação da matriz histórica colonial, pautando a libertação dos sujeitos inseridos nesta realidade (SOLER, 2009).

A mesma pode ser visualizada a partir de diferentes aspectos. A partir da política externa, ela pode ser vista por meio da cooperação Sul-Sul – ou seja, da aliança entre os países do Sul geopolítico, área que corresponde aos países em desenvolvimento (PINO, 2014). Com isso, esta cooperação permite uma menor dependência em relação ao “Norte Global” – área correspondente aos países desenvolvidos e/ou ocidentais – buscando, por meio de articulações, um movimento contra-hegemônico e que rompa com ideais de colonização e neocolonização ainda presentes (GROVOGUI, 2010; CAIRO E BRINGEL, 2010).

Desta forma, o objetivo desse trabalho é questionar se há uma relação entre a Onda Rosa e o debate decolonial na América Latina. A partir daí, tem como objetivos específicos, encontrar a maneira que essa relação pode ter se dado, analisando como esses dois movimentos foram vistos nos países da região. Nesse sentido, busca-se refletir sobre os desenvolvimentos teóricos e as mudanças práticas que ocorreram, partindo dos espectros de alterações em política interna e externa. Além disso, o trabalho tem como objetivo analisar a maneira que esses dois movimentos se encontraram nos discursos de representantes Estatais e como isso afetou as políticas da região.

A partir do contexto atual, de possibilidade de retorno desse movimento, entendendo também o papel das políticas decoloniais na região, é necessário estudar esses dois movimentos de forma conjunta. Entender essas construções, possibilita a compreensão das escolhas de alianças em organizações mundiais e/ou fóruns multilaterais que perpetuam até hoje, principalmente, ao que se refere as relações entre o Sul Global. Atualmente, não é possível estudar as Relações Internacionais sem levar em consideração o decolonialismo como narrativa dessa área geopolítica. (TOLEDO, 2021).se

Assim, essa monografia busca responder se há, de fato uma relação entre a Onda Rosa e o Debate Decolonial. A hipótese é que esses dois movimentos se construíram conjuntamente na região, e de maneira cíclica. Em outros termos, a ideia é que a Onda Rosa surgiu e se fortaleceu, apoiada no decolonialismo, e as políticas e

debates decoloniais, puderam ganhar mais destaque e se desenvolver, graças a Onda Rosa.

Para se comprovar isso, essa monografia utilizou metodologias diversas. Através de métodos qualitativos foi possível analisar bibliografias históricas para compreender a relação entre a chegada de governos de esquerda na América Latina (que compuseram a “Onda Rosa”) e a ascensão dos debates decoloniais na região durante o século XXI. Essas bibliografias auxiliaram no entendimento dos momentos anteriores da Onda Rosa, das características dela, e da forma que se deu em alguns países da região. Além disso, textos originais de autores decoloniais foram utilizados para compreender melhor os debates teóricos e suas consequências políticas.

O estudo da relação dos dois movimentos se deu através de uma análise de fontes primárias através de discursos de representantes Estatais em suas posses durante a Onda Rosa e também nas Assembleias Gerais da ONU durante seus mandatos. Assim, o objetivo com esses estudos é observar as construções nacionais e as relações interestatais pautadas em políticas anti-coloniais.

O trabalho tem uma divisão que possibilita não apenas o estudo de cada elemento de forma detalhada, como também permite o entendimento da forma como a Onda Rosa agiu em determinados países.

Em um primeiro capítulo é estudada a origem da Onda Rosa Latino- Americana. Isso se inicia com o entendimento da Revolução Cubana, que também buscou a resistência à hegemonia e a libertação do Ocidente, mostrando as raízes contra hegemônicas da Onda Rosa. A partir daí, é realizada a compreensão conceitual e as especificidades que a Onda Rosa teve. Neste sentido, são apontadas as características gerais do movimento, as classificações de Onda Rosa e as esfericidades que ganha em determinados países. Por fim, a pesquisa concentra-se em como a Onda Rosa se deu a partir das duas classificações: esquerdas renovadoras e refundadores, focando a análise em países escolhidos que representam esses grupos.

A partir disso, em um segundo capítulo, é estudado como se deu o debate decolonial na América Latina. Para isso, foram escolhidos como países de análise:

Argentina, Brasil e Bolívia. A escolha foi embasada por questões históricas e de produções conceituais. Esses países foram palco da “Onda Rosa” Latino-Americana não apenas por serem economicamente atores importantes da região, como também por suas diferentes atuações governamentais no movimento. Além disso, a ótica decolonial nesses países possui eixos temáticos relacionados em algumas esferas, ou seja, a produção científica decolonial muitas vezes se completa, podendo compreendê-las como um movimento. A fim de mostrar essa ligação, neste trabalho são utilizadas considerações decoloniais de autores de cada um desses países sendo eles: Walter Mignolo (Argentina), Francine Rossone (Brasil) e Xavier Albó (Bolívia).

Assim, nesse capítulo, primeiro se aponta as origens do de colonialismo, quanto mundialmente, quanto regionalmente. Aponta-se como ele se deu nos países escolhidos, e busca-se traçar um relação entre as produções teóricas dos autores apontados, de maneira a interliga-las até chegarem ao seu ponto de aplicação em políticas internas e externas.

Por fim, em um último capítulo pôde-se entender como as políticas externas da Onda Rosa colaboraram para o debate decolonial, e vice-versa. Isso é visualizado através dos discursos dos representantes dentro dos seus países (em posses) e na ONU. Isso pode ser visto também nas instituições que foram criadas ou fortalecidas no período, e que abrigaram países Latino-Americanos. O entendimento dos objetivos dessas instituições e das suas importâncias para a região durante o período explica muito da relação entre os dois movimentos. Além disso, instrumentaliza o que foi construído durante a Onda Rosa a partir da ótica decolonial e deixa claro os efeitos que ambos possuem até hoje nas relações internacionais.

A pesquisa é baseada em livros e artigos recentes dos autores citados, assim como complementares. Sobre a Onda Rosa, obras brasileiras, latino-americanas e inglesas serão utilizadas para contextualizar questões políticas e históricas do movimento. Em termos decoloniais, além dos autores já citados, são estudados os conceitos de “colonialidade do poder”, de Aníbal Quijano, e “epistemologias do Sul” de Boaventura de Souza Santos para complementar a análise.

A partir disso, este trabalho acredita e busca mostrar que há uma relação entre a Onda Rosa e o debate decolonial na América Latina. Acredita-se que as mudanças

políticas provocadas pela Onda Rosa, acarretaram novas ações internacionais que facilitaram a promoção do debate colonial na região no século XXI – que também já era parte da academia e da política internacional. Assim prevê-se que há uma relação cíclica entre esses movimentos. O trabalho mostra então que essa relação pode ser vista através de mudanças nas políticas externas (em discursos ou instituições) dos países da região, destacando as alterações ocorridas na Argentina, Brasil e Bolívia.

## **CAPÍTULO 1: A ONDA ROSA LATINO AMERICANA**

A última década do século XX na América Latina se caracterizou pela ascensão de governos de esquerda na região. Este fenômeno marca um novo capítulo nestes países, não apenas pelas novas implementações políticas, como também por possibilitar diálogos conjuntos entre países que estavam vivenciando o mesmo processo.

Este episódio iniciou em 1999 com a chegada de Hugo Chávez na presidência da Venezuela e se perpetuou por toda primeira década dos anos 2000 (CALZAVARA, 2021). Entre as condições que propiciaram este acontecimento ocorrer tem-se a ascensão de movimentos anti-imperialistas e anti-ocidentais latino-americanos (SANTOS, 2009). Desta maneira, faz-se necessário entender as raízes deste evento, para posteriormente entender suas características, denominações e comportamentos.

### **1.1. Raízes revolucionárias**

Entre as relações anti-imperialistas e anti-ocidentais, que estruturam também esses movimentos, pode-se analisar a ligação deste fenômeno com raízes emancipatórias trazidas da Revolução Cubana. Este evento de caráter contra-hegemônico influenciou diversos debates em países que sofreram com as medidas ocidentais, sejam elas o próprio colonialismo, o neocolonialismo ou mesmo ações caracterizadas como imperialistas<sup>4</sup>.

A Revolução Cubana de 1959 representou a ascensão de um projeto político pautado na superação das contradições que a sociedade cubana vivenciava. Uma revolta nacionalista, anti-imperialista e popular avançou sobre a ideia de desenvolvimento capitalista dependente e associado aos EUA e seu projeto liberal (RUAS, 2019).

---

<sup>4</sup>De acordo com Lênin (1916), o imperialismo se configura como a fase monopolista do capitalismo, ou seja, de acumulação de capital. Assim, o Imperialismo clássico se configura diante da necessidade de expansão do capital industrial em busca de matéria prima, mão-de-obra barata e mercado consumidor (COSTA, 2012).

Através da prática de solidariedade internacional, a Revolução Cubana permitiu que nesses 65 anos após a transformação política (1959-2024) Cuba pautasse debates e projeções contra-hegemônicas no hoje chamado Sul Global<sup>5</sup>. Essas ações cubanas foram colocadas de diversas formas nesses territórios, como em âmbito político, social, militar e humanitário, permitindo que debates plurais permanecessem em pauta até hoje (SANTOS, 2009). “Europa e América do Norte poderiam ser o que são à margem da Revolução Cubana, porém não se pode afirmar o mesmo sobre América Latina, África e Ásia” (SANTOS, 2009, p. 19).

A política externa do país a partir deste evento, apoiada em estratégias anti-hegemônicas, pode ser identificada através da ampla cooperação realizada pelo país oferecendo auxílio para territórios subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com práticas embasadas na solidariedade internacional. Além disso, destaca-se o papel de liderança assumido pela diplomacia cubana em vários fóruns multilaterais em busca de transformações globais radicais (FERNANDÉZ, 2003 *apud* ROMERO, 2015).

Contudo, neste período de Revolução Cubana, a América Latina sentia os efeitos do contexto histórico de outra maneira. O período de Guerra Fria foi marcado por forte intervenção ocidental direta e indireta na região, principalmente dos Estados Unidos. Cuba apresentava um risco para a América Latina na visão da hegemonia estadunidense.

Por hegemonia se entende o conceito de Cox (1981). O autor aponta que o sistema internacional é mantido por hegemonias, ou seja, um país *hegemon* mantém uma ordem internacional (conjunto de padrões de ações, ideias e organizações no sistema). Esse poder é mantido através da institucionalização de modelos econômicos, políticos, culturais e sociais próprios desse Estado central. No caso desse momento histórico, essa hegemonia vinha dos EUA, mas era amparada por todo ocidente, compartilhando ideais que possibilitaram a permanência desse protagonismo através, por exemplo da colonização e colonialidade.

---

<sup>5</sup> Sul Global é o termo geopolítico que se refere a nações que são vistas como “invisíveis” pelo ocidente (SANTOS, 2010). O Sul Global inclui agentes públicos e privados que pertencem a uma periferia no Sistema Internacional contemporâneo e buscam, por meio de articulações, uma “globalização contra-hegemônica” (GROVOGUI, 2010; CAIRO E BRINGEL, 2010).

Desta maneira, Cuba precisava ser repreendida para mater. a ordem do período. Por isso, o país norte-americano auxiliou no financiamento de muitos regimes autoritários que favoreciam políticas anticomunistas e defendiam o neoliberalismo americano (BANDEIRA, 2009).

Neste contexto, vale-se ressaltar que, até 1990, a região teve um único governo constituído de forma democrática a partir das esquerdas. Este ocorreu no Chile de 1970 a 1973, com a vitória de Salvador Allende nas urnas. Além do regime cubano, houve também o regime nicaraguense (1979-1990), também constituído a partir de movimentos guerrilheiros vitoriosos (SILVA, 2015).

Contudo, essas dificuldades não impediram a chegada de debates sociais, que foram se fortalecendo com os anos. Após todas as problemáticas que as democracias frágeis latino-americanas enfrentaram – como ditaduras, governos oligárquicos, fortalecimento das elites neoliberais e a falta de fermentação de valores democráticos de maneira ampla –, no final do século XX, os rumos da região mudaram (SILVA, 2015).

Na primeira década do século XXI, as esquerdas chegaram ao poder democraticamente em pelo menos dez países da região<sup>6</sup>. A partir disso, não se pode caracterizar este fenômeno como uma coincidência temporal. Essas ascensões constituem um processo sociopolítico com características comuns – mas que também ganharam suas especificidades conforme as realidades encontradas em cada nação latino-americana que se instalou (SILVA, 2015).

Este fenômeno teve como nomes variações de: “Guinada à esquerda” ou de “Onda Rosa”. Neste trabalho utilizaremos a segunda denominação, uma vez que a definição de esquerda pode ser diversa, e a utilizada neste trabalho não coincide necessariamente com as definições de autores que utilizam “Guinada à esquerda” para descrever o movimento. Além disso, esta segunda definição faz referência a um

---

<sup>6</sup> A contabilidade pode variar devido às diferentes definições de esquerda. Aqui levaremos em consideração a definição de Bobbio (1995) que diz que “o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, (...) não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995, p. 110).

processo muito parecido vivenciado na Europa durante os anos 1990,<sup>7</sup> concretizando este efeito de onda (SILVA, 2015).

A Maré Rosa, ou Onda Rosa, caracteriza de maneira direta diversos componentes desse processo na América Latina. A chegada dos governos de esquerda se deu pela democracia e não demonstrou, na maioria dos países, políticas radicalistas ou revolucionárias. Assim, qualquer nomenclatura que generalize o fenômeno como esquerda, ou mesmo como uma “Maré Vermelha” – fazendo referência às esquerdas revolucionárias que ascenderam durante o século XX – não faria jus ao movimento vivenciado na região durante os anos 2000 (SILVA, 2015).

Em uma análise temporal, o início da “Onda Rosa”, por mais que com suas diferenças e especificidades na América Latina, abriu espaço novamente para o debate contra-hegemônico e para as estruturas de dominação ainda existentes (ARAÚJO E SILVA, 2019). A influência dos revolucionários cubanos na América Latina – por mais que tenha tentado ser apagada por esforços ocidentais –, teve, a partir de dezembro de 1998, certos traços resgatados (ARAÚJO E SILVA, 2019).

No entanto, os debates contra-hegemônicos cubanos são apenas parte de um leque de motivos que fizeram com que a Onda Rosa pudesse prosperar na América Latina na época. Diversas interpretações são encontradas sobre o que levou a ocorrência deste movimento.

## **1.2. Antecedentes que influenciaram o fenômeno**

Muitos motivos são apontados como responsáveis pelo surgimento da Onda Rosa. Entre eles pode-se dizer do contexto econômico do final da década de 1990, do fortalecimento de movimentos político-sociais no período e dos contextos políticos e históricos que construíram a região.

---

<sup>7</sup> A origem da nomenclatura “Onda Rosa” está associada com a ascensão de partidos de centro-esquerda europeus ao poder na segunda metade dos anos 1990. Assim o uso dessa expressão tem poder provocativo, no sentido de entendimento dessas esquerdas, e por trazer uma ideia de “onda” e “movimento”, não sendo apenas governos chegando ao poder isoladamente.

Em relação aos fatores econômicos que podem ter favorecido estes movimentos são percebidos, dependendo da visão analítica, tanto fatores que trouxeram saldos positivos para os caixas dos países, quanto crises econômicas.

No primeiro caso, pode-se indicar a análise estadunidense de Luisa Blanco e Robin Grier (2011) no texto “*Explaining the rise of left in Latina America*”. A literatura aponta como um dos três motivos principais da chegada de governos de esquerda na região: a abundância de recursos naturais. Os autores afirmam que o aumento do preço de *commodities* que constituem parte importante da economia destes países favoreceram a ascensão de governos de esquerda.

Essa argumentação é fundamentada pela lógica de déficit fiscal e de políticas públicas. Assim, um aumento de preço destes produtos resulta na maior exportação deles, o que permite uma balança comercial positiva. Neste sentido, o Estado possui mais margem financeira para realizar políticas públicas e abandonar medidas do Consenso de Washington<sup>8</sup>. Os autores afirmam que este fator foi determinante para a chegada de Hugo Chávez na Venezuela. Por outro lado, literaturas diversas apontam outros fatores econômicos negativos como principais influenciadores do movimento Onda Rosa. Assim é necessário compreender o cenário macroeconômico que cercava a região no final da década de 1990.

De acordo com o Gaudichaud (2019) em “*Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI - Ensayos de interpretación histórica*”, no capítulo dedicado a dados econômicos e sociais, o desemprego aumentou mais de 3% na região no período de 1980 a 2003. Além disso, na mesma época, o salário-mínimo caiu em média 25% e o trabalho informal aumentou em dez casas percentuais.

Este período – devido a diversas crises inflacionárias que estes Estados Nacionais estavam vivenciando – teve, como característica de políticas econômicas,

---

<sup>8</sup> A expressão *Consenso de Washington* foi criada por John Williamson, economista e pesquisador do *Institute of International Economics*. A expressão se refere aos princípios econômicos do governo dos Estados Unidos, do *Federal Reserve Board*, das agências financeiras internacionais. Em suas principais características estava: o enxugamento do gasto público (privatizações, disciplina fiscal), a realização de uma reforma tributária; o estabelecimento de taxas de juros positivas; o câmbio competitivo; a garantia de relações comerciais liberais; a liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; e a ampla desregulamentação da economia (MARTINS, 2006).

medidas “recomendadas”<sup>9</sup> pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre elas, as principais foram privatizações, restrições salariais e de direitos trabalhistas, fim de barreiras aduaneiras e enxugamento de gastos públicos, minimizando políticas sociais (CALZAVARA, 2021).

Desta forma, essas medidas resultaram em uma queda ou estancamento do PIB e do PIB *per capita* dos países latino-americanos, além do aumento das desigualdades sociais e da pobreza. O questionamento sobre a eficácia das políticas neoliberais, principalmente provenientes do Consenso de Washington, aumentou com o agravamento de crises socioeconômicas de países como Brasil (1998), Argentina (1998-2001) e Bolívia (2003) (PÁEZ, 2017).

Uma das maneiras que a crise do neoliberalismo se materializou foi na ascensão de medidas alternativas ao projeto econômico imposto pelo ocidente. Desta maneira, países como: Venezuela, Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai, Equador, Chile, Nicarágua, Paraguai e El Salvador desenvolveram outras políticas para desviar da rota e tentar superar os empecilhos do desenvolvimento nacional (PÁEZ, 2021).

De maneira circunscrita a essas problemáticas econômicas, o fim da década de 1990 marcou o surgimento de diversos debates. Os movimentos sociais estavam insatisfeitos não apenas com os efeitos econômicos do neoliberalismo, como também ampliaram as lutas com o fortalecimento das pautas feministas, defesa de povos indígenas e fim da discriminação racial. Os desgastes com ditaduras militares e as crises financeiras auxiliaram no crescimento destes debates, que se encontraram com as pautas de partidos de esquerda e abriram caminhos para que os mesmos chegassem ao poder (CALZAVARA, 2021).

Desta maneira, compreende-se que o contexto em que a Onda Rosa surge está diretamente ligado a um momento histórico mais favorável à manutenção das democracias, que tinham sido desrespeitadas nas últimas duas décadas através de ditaduras. Além disso, a superação do bloqueio gerado pela Guerra Fria permitiu uma adaptação organizativa das esquerdas, tendo mais propostas ideológicas e maior

---

<sup>9</sup> Estas medidas não eram colocadas como apenas “recomendações”, mas sim como condições que o Fundo Monetário Internacional passava para que os países obtivessem empréstimos com esse. O tripé econômico ditava como os países deveriam agir para garantir o pagamento da dívida ao FMI.

flexibilidade. Isto provocou maiores alcances eleitorais e maior preocupação com valores democráticos, abrindo espaço para estes governos (SILVA, 2015).

A discriminação e os altos níveis de desigualdade principalmente entre os grupos excluídos – como a população negra, indígena e mulheres – fizeram com que essas pessoas se identificassem com propostas de esquerda (CALZAVARA, 2021). A relação com aqueles excluídos dos palanques do governo ou mesmo com a população mais pobre foram cruciais para a ascensão deste fenômeno. A construção histórica destes países também permitiu que este diálogo fosse mais enfático, dado que não se fala apenas de uma exclusão econômica, mas sim de exclusões que são consequências de séculos de violências contra esses grupos devido a legados da colonização (BLANCO e GRIER, 2011).

Essas são apenas algumas das razões pelas quais o fenômeno Onda Rosa ganhou relevância e estabilidade na América Latina entre 1999 e a primeira década do século XXI. Outros autores podem pontuar outras questões como a volatilidade que os partidos políticos latino-americanos possuem ou mesmo como o nível de abertura econômica (livre comércio) influenciam na eleição de governos de esquerda (REIS e VIEIRA, 2009). Contudo, os argumentos anteriormente explicados dão base teórica para estudar com mais profundidade os casos argentino, boliviano e brasileiro.

### **1.3. O movimento Onda Rosa e suas características**

A Onda Rosa, como já mencionado, se deu início com a chegada de Hugo Chávez, em 1998, à presidência da Venezuela através do Movimento V República (MVR). Na sequência, Ricardo Lagos, do Partido Socialista do Chile (PSCh), foi eleito em 2000. Em 2002, no Brasil, chega Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Na Argentina, Néstor Kirchner se elegeu em 2003. Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), venceu as eleições uruguaias em 2004. Em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), da Bolívia, venceu. No ano seguinte, Rafael Correa chegou ao poder no Equador. No mesmo ano, Daniel Ortega e sua Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) retornam ao poder na Nicarágua, dessa vez por meios eleitorais. O ativista social Fernando Lugo chegou ao

poder no Paraguai em 2008. E por fim, dentre os primeiros mandatos desta onda, no ano seguinte, Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), chegou ao poder em El Salvador (SILVA, 2015)

Contudo, como uma das características desse movimento, pode-se apontar que o mesmo teve uma alta capacidade de reprodução. Os líderes e partidos políticos que assumiram a presidência nos países mencionados anteriormente conseguiram se manter no poder através de reeleições ou elegeram sucessores. Chávez (2000, 2006 e 2012), Lula (2006), Correa (2009 e 2013), Morales (2009 e 2014) e Ortega (2011) foram reeleitos. Após o mandato de Lagos, Michelle Bachelet, também do PSCh, sucedeu-o, sendo eleita em 2006 e reeleita em 2014 após um governo de centro-direita. Kirchner apoiou sua esposa, Cristina Kirchner, que foi eleita em 2007 como sua sucessora e reeleita em 2011. A Frente Ampla (FA) elegeu José "Pepe" Mujica como presidente em 2009, e depois Vázquez foi eleito novamente em 2014. Nicolás Maduro sucedeu a Chávez, sendo eleito em 2013 após o falecimento de Chávez. O Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu Dilma Rousseff em 2010 e novamente em 2014. A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) permaneceu no poder com Salvador Sánchez Cerén eleito em 2014 (SILVA, 2015).

Essa cadeia de governos eleitos e reeleitos é retratada através do quadro a seguir. Assim, a tabela visa a demonstrar os países que tiveram governos que foram considerados parte da Onda Rosa por terem suas características, os presidentes dos respectivos Estados e o período em que ficaram no poder. Por último, busca-se demonstrar a capacidade de reprodução deste fenômeno para governos seguintes, ou seja, se este governo conseguiu se reeleger na próxima eleição ou se conseguiu colocar no poder algum sucessor que governasse com fatores que o englobasse na Onda Rosa latino-americana.

**Gráfico 1:** Governos Latino-Americanos no contexto da Onda Rosa

País	Presidente	Período de Mandato	Capacidade de Reprodução da Onda Rosa
Venezuela	Hugo Chávez	1998-2013	<input checked="" type="checkbox"/>
Venezuela	Nicolás Maduro	2013-	<input type="checkbox"/>
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2006	<input checked="" type="checkbox"/>
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	2006 - 2009	<input checked="" type="checkbox"/>
Brasil	Dilma Rousseff	2010-2014	<input checked="" type="checkbox"/>
Brasil	Dilma Rousseff	2014 - 2016	<input type="checkbox"/>
Argentina	Néstor Kirchner	2003-2007	<input checked="" type="checkbox"/>
Argentina	Cristina Kirchner	2007-2011	<input type="checkbox"/>
Uruguai	Tabaré Vázquez	2005-2010	<input checked="" type="checkbox"/>
Uruguai	José Mujica	2010-2015	<input checked="" type="checkbox"/>
Uruguai	Tabaré Vázquez	2015- 2020	<input type="checkbox"/>
Chile	Ricardo Lagos	2000-2006	<input checked="" type="checkbox"/>
Chile	Michelle Bachelet	2006 - 2010	<input checked="" type="checkbox"/>
Chile	Michelle Bachelet	2014 - 2018	<input type="checkbox"/>
Bolívia	Evo Morales	2006- 2019	<input type="checkbox"/>
Equador	Rafael Correa	2007- 2017	<input checked="" type="checkbox"/>
Nicarágua	Daniel Ortega	2007-	<input type="checkbox"/>
Paraguai	Fernando Lugo	2008-2012	<input type="checkbox"/>
El Salvador	Mauricio Funes	2009-2014	<input checked="" type="checkbox"/>
El Salvador	Salvador Sánchez Cerén	2014- 2019	<input type="checkbox"/>

Nota: Elaboração própria, com base em: SILVA, 2015

Entre os traços da Onda Rosa, um termo muito utilizado para explicar esse fenômeno é que foram “governos progressistas”. Neste caso, entende-se esse conceito como sinônimo de “mudança” e “transformação”, sendo utilizado para demonstrar esses “novos governos” que estavam no poder (SILVA, 2015). Estes governos progressistas provocaram uma “recuperação discursiva e prática (política) do Estado em termos de intervenção na vida do país” (MOREIRA, RAUS, LEYTON, 2008, p. 12).

Além disso, pode-se considerar que todas as esquerdas que chegaram ao poder na região neste período alcançaram o feito como “reformistas”. Para isso, utilizamos o termo “reformista” em seu sentido originário: de estar dentro das instituições e legislações vigentes. Ou seja, neste caso, todos os governos chegaram através dos limites democráticos da época, sem golpes e revoluções (SILVA, 2015).

Outros aspectos comuns podem ser analisados. No que diz respeito às semelhanças em relação às políticas sociais, pode-se dizer que a preocupação com ações de transferências de rendas era marcante. Contudo, muitas delas se realizaram sem quebrar os vínculos com a estrutura política neoliberal. O caso brasileiro é um

exemplo disso: o Bolsa Família, herança do governo liberal de Fernando Henrique Cardoso, foi expandido, porém, não implementou novos direitos ou se transformou em uma política mais institucionalizada. Dessa forma, essa e outras medidas nos Estados implementadas no período, muitas vezes ficaram restritas a uma ação temporária (SILVA, 2015).

Essas políticas sociais mais amplas e com mais investimentos passaram a ser uma característica do fenômeno. No entanto as baixas institucionalizações – sendo em sua maioria consideradas políticas governamentais e não do Estado – também ficaram como marcas do período.

A partir de um olhar político e ideológico, pode-se afirmar que, uma das características importantes da Onda Rosa, foi a preocupação em ampliar o envolvimento e participação da sociedade na política (SILVA, 2015). Assim, foram realizadas diversas tentativas de “ampliação do conceito de política mediante a participação cidadã e a deliberação nos espaços públicos” (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006, p. 17). Contudo, pode-se afirmar que em determinados locais essa defesa da democracia ocorreu sem o abandono das instituições e procedimentos da representação tradicional mantendo as elites políticas já vigentes.

Outro fator de aproximação que engloba estes países no movimento é a política externa. A busca por autonomia em relação a organismos internacionais – como o FMI – a tentativa de relações com outros países e organismos que pudessem contrapor o peso que os Estados Unidos tinham nos Estados, e a ampliação de parceiros políticos e comerciais para regiões que passavam pelos mesmos problemas político, econômicos e sociais fizeram-se presentes (SILVA, 2015).

Por fim, bloquearam na prática o projeto de integração econômica continental (Aliança de Livre Comércio das Américas, ALCA) que era proposto pelos EUA quando a Onda Rosa começou a se formar. Este bloqueio permitiu que diversos países latino-americanos pudessem partir para a busca de uma maior integração regional, buscando aprofundar relações através de blocos, por exemplo, pré-existentes, como foi o caso do Mercosul (SILVA, 2015).

Além das ações em organismos pré-existentes, estes governos assumiram papel importante na construção de novos mecanismos de integração regional – como

na criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010. Ambas foram iniciativas que tiveram todos os Estados da América do Sul, América Latina e Caribe participando e serviram (e, no caso da CELAC, ainda servem) como meio de articulação de posições comuns (SILVA, 2015).

Desta forma, percebe-se que a Onda Rosa fez com que características comuns ocorressem em diversos países latino-americanos. Estas trouxeram rumos diferentes para as políticas internas e externas dos países e trouxeram avanços positivos em termos sociais e regionais, mas também tiveram como traço a não institucionalização de determinadas mudanças, limitando as transformações. Contudo, como já mencionado, cada país obteve suas características próprias, e, em uma análise mais aprofundada, estas podem ser englobadas em dois grupos principais de Estados que estavam dentro do processo vivenciado na região no início do século XXI.

#### **1.4. As Esquerdas Renovadores e Refundadoras**

A partir do que se foi pontuado, é necessário compreender as diferenças que a Onda Rosa adquiriu em cada território. A fim de concentrar a análise e deixá-la mais didática, será utilizado neste trabalho a divisão em dois grupos de países denominados: “renovadores” e “refundadores”.

As políticas da Onda Rosa na América Latina se deram de diferentes formas, assim como seus líderes tiveram propostas diferentes que os fizeram ascender em meio a outros candidatos. Em suma, as ideias e ações se dividiram com base na reconfiguração da estrutura estatal e da relação do novo governo com a lógica liberal pré-existente na sociedade (CALZAVARA, 2021).

As esquerdas renovadoras são, como dito anteriormente, parte de um movimento “reformista”. Contudo, essas mudanças não necessariamente possuem um objetivo de superar de forma definitiva o neoliberalismo. Assim, estes governos de renovação buscam criar novos desenhos para as políticas públicas, dialogando com a ordem liberal (SILVA, 2015).

Nas políticas econômicas, essas práticas ficam ainda mais visíveis: os renovadores realizam práticas de intervenção no mercado. Em uma linha de intervenções na economia a fim de provocar mais giro econômico, tais realizam novos investimentos, principalmente ligados à infraestrutura para geração de demanda. Políticas públicas direcionadas a populações de baixa renda, mecanismos regulatórios, políticas de apoio aos setores produtivos e preocupações com legislações trabalhistas (através do contato com sindicatos) foram continuadas e aprimoradas (SILVA, 2015).

Contudo, essas políticas não enfrentam de fato os elementos do “núcleo” das políticas econômicas da década anterior. A preocupação com estabilidade monetária e medidas que a garantem, como juros altos, tetos fiscais etc. permanecem. Além disso, as privatizações continuam sendo um mecanismo não consensual nestes governos. Nos países pertencentes a esses grupos, políticas de reestatização das empresas nacionais vendidas nos anos 1990 não se fizeram presentes e ações em relação a novas privatizações ficaram estagnadas ou mesmo avançaram<sup>10</sup> (SILVA, 2015).

Por outro lado, o conjunto de países denominados refundadores buscaram medidas que de fato superassem a ordem neoliberal anterior. Os fatores que levaram ao acontecimento da Onda Rosa nestes países também são importantes de serem salientados. Diferentemente das crises econômicas que as outras nações Latino-Americanas estavam passando, estes Estados viviam também um esgotamento de formas de organizações, lidavam com monopólios partidários, baixas inclusões político-sociais e diversas dominações populacionais (SILVA, 2015).

Desta maneira, os refundadores realizaram políticas mais radicais em seus países. Através de uma intervenção mais ativa na economia, buscaram controlar o câmbio e os preços, construíram empresas nacionais e estatizaram empresas anteriormente privatizadas, nacionalizaram a exploração de petróleo e procuraram

---

<sup>10</sup> Exemplo disso foram os processos de privatizações que a Argentina passou durante o século XX. Entre 1990 e 1992, o Estado argentino vendeu 22 empresas, deu em concessão 19 serviços e fez 86 contratos petrolíferos em regime pactual, que não retomaram ao poder do Estado com a Onda Rosa (GONZALES, 1993)

fomentar um novo espaço produtivo baseado em outras formas de organização social como o cooperativismo, a autogestão e o coletivismo (SILVA, 2015).

Cabe observar que há uma diferença notória em relação à reconstrução da institucionalidade e a reconfiguração das relações de poderes e sistema políticos entre os dois grupos. Os refundadores – que podemos definir como Bolívia, Venezuela e Nicarágua – introduziram novos poderes que pregavam a participação popular, o controle e a transparência. Medidas de rupturas foram implementadas em relação a instituições pressupostos ideológicos legados pelos governos neoliberais (SILVA, 2015).

Entende-se, portanto, que por mais reformistas que ambos os grupos sejam, as ações políticas e econômicas na Onda Rosa se deram de formas diferentes entre eles. Isso trouxe resultados diferentes, não apenas em âmbito socioeconômico, como também em relação a debates e posturas de políticas internas e externas destes Estados.

A partir disso, a fim de se analisar o fenômeno de maneira mais profunda, como já mencionado anteriormente, três países (Argentina, Bolívia e Brasil) foram escolhidos para serem estudados. A escolha dos mesmos está diretamente ligada aos seus comportamentos dentro da Onda Rosa e suas relações com o movimento decolonial por meio de suas produções científicas.

Desta maneira, vale-se reforçar, primeiramente, onde estes Estados se enquadram dentro da onda progressista. A Bolívia, com um líder de esquerda com movimentos mais radicalizados, é considerada um dos países que se comportou como refundadora. Assim teve características fortes, vistas até hoje no país. Argentina e Brasil, por outro lado, se encaixaram como renovadoras, mantendo políticas pouco radicais, não alterando as instituições neoliberais vigentes nos países (SILVA, 2015).

A partir disso, vale-se analisar o contexto que a Onda Rosa surgiu em cada um dos países e quais características nacionais obteve em cada um deles.

#### **1.4.1. Refundadora: A Onda Rosa na Bolívia**

A Onda Rosa na Bolívia foi iniciada em janeiro de 2006, com a chegada de Evo Morales, indígena da etnia Aymara e nascido no município de Orinoca, no altiplano

boliviano. Para que este evento ocorresse, o contexto histórico deve ser mencionado (VIEIRA, 2010).

Entre os momentos que marcaram a história do país, a Revolução de 1952 contém extrema importância. Uma insurreição popular, liderada por povos indígenas, sindicatos e trabalhadores instaurou a revolta em 1952, que permaneceu no poder até a década de 1980. Contudo, apesar do avanço em leis trabalhistas e de ser a primeira vez se ter um diálogo com as camadas mais oprimidas da sociedade, as políticas governamentais dependeram muito da figura que esteve à frente de cada mandato, se afastando com o tempo de comunidades rurais e originárias e de alguns grupos sindicalistas, não entregando os avanços que os levaram até o poder (VIEIRA, 2010).

Após este período, uma onda neoliberal se instaurou no país da década de 1980 a 2006. Medidas guiadas pelo Consenso de Washington foram aplicadas, e a indústria nacional que não tinha sido desenvolvida ficou afastada do debate e das ações novamente. A crise, que não atingia apenas a Bolívia, mas também grande parte da América Latina, gerou descontentamentos populacionais e fortaleceu os anseios sociais que já vinham sendo apontados por grupos indígenas do país (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009).

Entre os tópicos que garantiram o protagonismo de Morales, estava o projeto de lei que buscava privatizar as redes de abastecimento de água. O líder, através do seu partido, MAS (Movimento ao Socialismo) auxiliou na revogação e negociações de projetos como esse, o que contribuiu para o mesmo ganhar o apoio popular. (DA SILVA, F, 2009)

Evo Morales foi o primeiro indígena e presidente a se eleger no primeiro turno, e trouxe consigo os anseios por modificações institucionais, econômicas e sociais. Entre suas propostas e ações estavam: as demandas indígenas e populares de uma representação política concreta, a nacionalização dos recursos naturais bolivianos e uma reestruturação institucional que buscasse também combater as desigualdades e as dificuldades econômicas (DA SILVA, F, 2009).

Dentre suas primeiras ações como presidente, Morales decretou a nacionalização dos hidrocarbonetos, mobilizando tropas e funcionários da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) para ocupar as

petrolíferas e postos de combustíveis. O decreto obrigou a todas as empresas estrangeiras terem a YPFB como sócia de 51% das ações, além de renegociar os contratos de distribuição dos lucros, aumentando a parcela de arrecadação fiscal pública. Apesar das dificuldades diplomáticas enfrentadas com os países de origem das empresas com o governo boliviano, foi possível negociar com as mesmas, e realizar a nacionalização com ganhos comerciais para o governo Boliviano (AYERBE, 2008).

Apesar de toda resistência enfrentada, Morales conseguiu também aprovar em 2009 a Nova Constituição Bolivariana. Tal se compromete com a democracia representativa, participativa e comunitária, o que beneficiou grupos historicamente excluídos da sociedade. Além disso, mudanças da forma econômica que o país se organizava também foram incluídas, como a questão da nacionalização dos recursos naturais (AYERBE, 2008).

Morales transformou, a partir da nova constituição, o antigo modelo econômico boliviano (de extremo neoliberalismo), em um modelo nacional produtivo, onde o Estado tem o poder centralizador, regulador e distribuidor” (FERRO, 2015, p.46).

Desta maneira, percebe-se que a Bolívia, agiu de fato como uma refundadora da ordem neoliberal vigente. Através de meios democráticos, instaurou mudanças mais radicais, mesmo tendo deixado de lado outras medidas populares devido à dificuldade de negociação com outros partidos neoliberais, como a nacionalização e a não estatização de certos setores produtivos (FERRO, 2015). Além disso, instaurou medidas mais estatais e não governamentais, principalmente com a mudança Constitucional, sendo uma característica forte para representar a Onda Rosa do Estado.

#### **1.4.2. Renovadores: A Onda Rosa na Argentina e no Brasil**

Os casos argentino e brasileiro se assemelham em muitos aspectos. Além de serem ambos dos grupos de países que optaram por uma linha mais renovadora dos governos, os contextos anteriores ao início da Onda Rosa tiveram suas semelhanças.

Ambos Estados passaram por governos populistas. No caso brasileiro, Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) marcou um período de grandes repressões políticas a comunistas e opositores do governo, mas que permitiu diversos avanços das regulações trabalhistas e um forte desenvolvimento da indústria devido ao seu alinhamento com ações nacionais desenvolvimentistas (SOUZA, 2008). A Argentina, teve como líder populista Juan Perón (1946 - 1955 e 1973-1974), que também instaurou uma política nacional desenvolvimentista, e que rechaçava o comunismo e o liberalismo (FERRO, 2015).

Além disso, os Estados passaram por ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria, que marcaram uma forte repressão aos movimentos sociais. No Brasil, de 1964 a 1985, e na Argentina, de 1976 a 1983, os regimes foram caracterizados por torturas, mortes e regulações que mantinham os militares no poder (BANDEIRA, 2009).

Após o período autoritário e de falta de liberdades, ambos países passaram por uma onda neoliberal que ganhou traços diferentes em cada um deles. No Brasil, que passava por uma forte crise inflacionária, diversos planos de mudança de moedas foram implementados. Entre as medidas neoliberais, a preocupação com a contenção da inflação e do pagamento da dívida com o FMI impulsionam as privatizações e a abertura para investimentos externos diretos, que mantiveram os juros altos na economia e desestimularam investimentos na indústria nacional (SOUZA, 2008).

Na Argentina, na década de 1990, a política externa estava intensamente ligada aos Estados Unidos, em uma dinâmica que se chamava de relações carnis<sup>11</sup> com a potência, e no que se diz respeito a economia, houve uma aceitação, quase que incondicional, do paradigma neoliberal econômico. A economia argentina se baseava em privatizações de empresas públicas, liberalização financeira, abertura comercial, reformas trabalhistas e na estabilização cambial. Essa última foi uma das ações liberais mais importantes implementadas. A Lei da Conversibilidade, que foi instaurada em 1991 (e permaneceu até 2002), aplicou um regime cambial fixo ultrarrígido (*currency board*) garantindo que um peso equivalesse a um dólar americano. A lei

---

<sup>11</sup> Relações Carnais foi uma expressão utilizada pelo ex-chanceler argentino Guido Di Tella em 1990 para definir uma relação estreita e preferencial com os Estados Unidos (VADELL, 2206).

previa controlar a inflação e atrair capitais estrangeiros, contudo, devido a sua base em dependência externa colocou diversas vezes a Argentina em cenários de fragilidade<sup>12</sup> (VADELL, 2006).

No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder em 2003 dando início a medidas que posteriormente colocariam fim às políticas neoliberais do FMI. O presidente instituiu como objetivo a inclusão social através de uma política distributiva. Em um momento de superávit comercial devido às condições externas, o país finalizou o período de privatizações exageradas (porém não reestatizou empresas anteriormente nacionais), reestruturou o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e realizou fortes políticas públicas para valorizar o ensino universitário público (FERRO, 2015).

Na esfera econômica, nos primeiros anos de governo, padrões básicos neoliberais iniciados no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso continuaram. Metas de inflação reduzidas através de uma fixação das altas taxas de juros em regimes de câmbios flutuantes e superávits fiscais fizeram parte dos primeiros anos. Contudo com o aprofundamento de políticas nos temas sociais, como política públicas de transferência de renda (com o Bolsa Família), a ampliação do acesso à educação (com a criação do ProUni) e outros meios que levaram à diminuição da pobreza, à elevação do salário-mínimo e à diminuição do desemprego, as medidas do Consenso de Washington foram abandonadas (FERRO, 2015).

Apesar das mudanças, as instituições estatais mantiveram-se intactas, não ocorrendo mudanças institucionalizadas no modelo neoliberal de governar. Para manter sua governabilidade, Lula manteve um discurso de aliança de classes, compondo sua base política por grupos políticos diversos (VIGEVANI; RAMANZINI; CORREIA, 2008). Em sua política externa, o regionalismo forte, o alinhamento com políticas nacionalistas e desenvolvimentistas (que condizem com o projeto interno), a

---

<sup>12</sup> Dentre os cenários externos que agravaram a economia argentina pode-se citar os diversos choques externos que a Argentina sofreu devido a uma diminuição da oferta de capitais estrangeiros. Entre elas há as crises Asiáticas de 1997, com quebra de diversas bolsas asiáticas (trazendo uma supervalorização do dólar) e a crise Russa (1998) resultado da crise asiática que trouxe o mesmo efeito em relação ao câmbio externo (DE SOUZA, 2007).

crítica aos efeitos da globalização neoliberal, e a defesa de um alinhamento com o Sul Global fizeram-se presentes (FERRO, 2015).

Contudo, apesar do forte crescimento econômico e dos fortes avanços sociais, os dois governos de Lula foram marcados por grandes escândalos de corrupção dentro do Partido dos Trabalhadores. Apesar do desgaste político, Lula conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, por mais dois mandatos. Contudo, essas problemáticas dificultaram a continuidade das políticas implementadas, fazendo-a ter que ceder aos interesses dos partidos que defendiam medidas liberais. A Onda Rosa, no Brasil, teve fim com um golpe parlamentar que instituiu o *impeachment* de Dilma e deu o poder a Michel Temer, que restaurou políticas ligadas ao tripé econômico (CENTRO DE ALTOS ESTUDOS BRASIL DO SÉCULO XXI, 2022).

Por outro lado, na Argentina, com a chegada de Néstor Kirchner ao poder, em maio de 2003, era preciso reverter o caos político e econômico no qual o país estava inserido, dado que as medidas neoliberais aprofundaram a crise. Para cumprir suas promessas eleitorais, Kirchner, através de planos de emergência social conseguiu aumentar relativamente os salários, aposentadorias e seguro-desemprego, conseguindo incentivar a demanda e impulsionar a economia. Isto melhorou a desigualdade social e os índices de desemprego (FERRO, 2015). Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, o Índice de Gini que demonstra a desigualdade de renda (sendo mais próximo um igual a uma maior desigualdade) caiu 0,1% de 2000 para 2004. Além disso, os índices de desemprego, de acordo com o mesmo órgão caiu 0,7% no mesmo período (CEPAL, 2024)

Além disso, em uma tentativa de renegociação de dívida externa, diferentemente do Brasil que tinha abandonado as medidas do FMI, o país renegociou as dívidas com a mesma instituição. Desta maneira, cedeu parcialmente medidas do Consenso de Washington, como não aumentando as taxas de juros, e não desregulamentando totalmente a economia. Além disso, buscou novos parceiros através de uma política externa regional, auxiliando na criação da UNASUL e aprofundando laços no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (STUART, 2008).

Em relação à política interna, o presidente argentino promoveu o desenvolvimento de distribuições de renda mínima para desempregados, partindo de

princípios de estímulo a demanda na economia. Isso aumentou a renda geral da Argentina e fez com que o país saísse da recessão. Ainda na área econômica, implantou uma política de preços, subsidiando os produtores de bens básicos e fazendo acordos com setores privados, além de tributar as exportações argentinas (VADELL, 2006).

Isto garantiu que um segundo governo progressista chegasse ao poder, através da figura de sua esposa Cristina Kirchner, que deu continuidade às políticas progressistas. Contudo, sem o abandono de estruturas neoliberais, a preocupação com o gasto público, controlado pela Lei de Conversibilidade Fiscal, se fez presente. O aumento da inflação agravou o fato de o país não ter conseguido solucionar a questão do endividamento externo (de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a inflação cresceu 6 pontos percentuais de 2003 a 2007), o que contribuiu para o fim da Onda Rosa no país anos depois (FERRO, 2015).

Desta maneira, percebe-se que Onda Rosa não foi um fenômeno isolado. Ligado a raízes revolucionárias, o movimento aconteceu mesmo com todas as limitações históricas carregadas pela região. Seus antecedentes de descontentamento populacional com os anos de políticas neoliberais foram essenciais para provocar a sua construção.

Ao olhar para as esquerdas renovadoras das refundadoras de formas separadas, percebemos que cada país teve seus próprios traços. Analisar a situação da Bolívia, Argentina e Brasil foram essenciais, principalmente para compreender o movimento decolonial que já acontecia na região e como ele está relacionado a Onda Rosa. A participação destes países na UNASUL e na CELAC também demonstraram a relação dos mesmos com a preocupação de libertação em relação ao ocidente e à aproximação com o Sul Global (mais um aspecto decolonial).

## **CAPÍTULO 2: O DEBATE DECOLONIAL NO SÉCULO XXI**

O decolonialismo é uma corrente de pensamento que surge na América Latina no final do século XX. Ao buscar o fim dos efeitos que a colonização ainda traz para território, visa emancipar e trazer autonomia para esses locais explorados por séculos. Nesse sentido, para analisar a relação da Onda Rosa com essa corrente de pensamento é necessário compreender os principais conceitos que abrangem essa linha, como também sua origem.

Dessa maneira, busca-se compreender também como essas produções se relacionam com o cenário dos países que estão sendo analisados nesse trabalho. Para isso, estão sendo analisadas ideias decoloniais de teóricos da Argentina, Brasil e Bolívia, sendo eles respectivamente: Walter D. Mignolo, Francine Rossone e Xavier Albó.

### **2.1. Decolonialismo: conceitos e história**

De acordo com Boaventura de Souza Santos (2010), os anos de colonização que marcaram séculos da história latino-americana deixaram diversas consequências para essas sociedades. Segundo o autor, as colônias foram vistas, por muito tempo, como locais em que ideias universais de verdadeiro e falso, legal e ilegal, não poderiam ser produzidos (SANTOS, 2010). Portanto, este “mundo paralelo” passou a ser apenas um lugar à parte, excluído do resto do mundo, sem produção de conhecimento, sem instituições e sem direitos.

Os colonizadores, diz Santos, silenciaram por séculos as vozes distintas das suas, recusaram os modos de viver dos povos nativos e instalaram o “contrato social” através do individualismo liberal. A partir destes acontecimentos, o colonialismo passou a ser o modo de construção do capitalismo, em que uma parte do mundo ficou calada e marginalizada de maneira econômica e cultural (SANTOS, 2010).

Tendo isto como base, vale compreender as correntes decoloniais e pós-colonialismo como meios emancipadores destes Estados. O movimento decolonial se caracteriza pela compreensão de que, por mais que as relações de colonizações formais não sejam uma realidade tão presente no mundo globalizado, é visível a

relação de colonialidade no mundo atual. Entende-se por esse termo que as potências ocidentais ainda exercem uma relação de poder político e epistemológico que marginaliza tudo o que difere da visão eurocêntrica do mundo. Assim, os conhecimentos e ações exercidos pelo Sul Global são vistas como inferiores, marginais, irrelevantes ou perigosas, ficando fora do âmbito do conhecimento, seja ele científico, filosófico ou teológico (SANTOS, 2023).

Desta maneira, o decolonialismo compreende que, no mundo atual, não se pode entender essas projeções de poderes ocidentais como colonização, dado que são as relações de poder que uma metrópole exercia em um território de colônia. No caso de territórios formalmente independentes e soberanos, é a colonialidade que se faz presente. Isto se difere da maneira que as correntes Pós-Coloniais compreendem o mesmo debate (SANTOS, 2023).

A corrente Pós-colonial entende que a colonização ainda é presente no mundo globalizado atual. Por mais que a mesma não tenha os mesmos traços vistos nos séculos passados, o neocolonialismo é visível e esta relação de poder é dada por outros meios. Entre os principais autores Pós-Coloniais destacam-se: Edward Said e Frantz Fanon (SANTOS, 2023).

Apesar das diferenças, ambas correntes compreendem que a ascensão do Sul Global depende de um movimento contra-hegemônico que retire os resquícios de colonização. Pela ótica decolonial, escolhida neste trabalho, entende-se que é preciso que o “outro lado da linha” não busque apenas uma emancipação política de seus Estados Nacionais (como a proposta pós-colonial coloca) mas também que aponte os excluídos como sujeitos sociais participantes com relatos e não só como figuras subjugadas e submissas (SANTOS, 2010).

A história dos países periféricos tem mostrado que inúmeros movimentos sociais críticos da colonização e a favor da descolonização se baseiam na ideia de desfazer os vínculos culturais e/ou discriminatórios. Assim, os mesmos inserem essa parte do mundo em debates epistemológicos político-sociais que envolvem as relações estatais.

O movimento decolonial surge mundialmente durante a década de 1960. O contexto internacional favoreceu a situação, dado que foi ancorado na independência

das colônias europeias na Ásia e na África (SANTOS, 2023). Em um contexto de Guerra Fria e bipolaridade, a chegada de novos atores nas Relações Internacionais fez com que muitos desses, e de outros países que já tiveram suas independências formais, passassem a discutir sobre os efeitos coloniais que ainda sofriam.

Perante consequências econômicas, políticas e culturais, os ex-colonizados colocaram em pauta as formas de dependência econômica pós-independência, a subordinação política continuada e a subordinação cultural promovidas não apenas pelos antigos colonizadores, mas também por novos atores que passaram a praticar formas de imperialismo sobre eles. Assim, de acordo com o conceito de imperialismo clássico, a necessidade de expansão do capital industrial dos países industrializados e fortes em busca de matéria prima, mão-de-obra barata e mercado consumidor em áreas com instabilidade econômica fortaleceu o argumento destes Estados de que o colonialismo continuou por diferentes disfarces (SANTOS, 2023).

Além disso, a entrada destes novos atores na ONU fez com que, em 1962, a Assembleia Geral das Nações Unidas instasse o Comitê Especial sobre a Descolonização. A finalidade do mesmo era fazer valer a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (ou simplesmente Declaração sobre a Descolonização), assinada em 1960.

Este Comitê marca a importância dessa discussão mundialmente, trazendo não apenas em seus objetivos a garantia de liberdade e justiça aos povos. Este órgão trouxe também aos Estados a constituição de uma forma de atribuir inteligibilidade e legitimidade à própria ONU que não pode (ou não deveria) ser conivente com práticas coloniais.

Os estudos decoloniais globais avançaram por meio de diversos autores, dentre eles: Boaventura de Souza Santos, Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Edgar Lander, Santiago Castro-Gómez, Immanuel Wallerstein, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Aureo Toledo e Xavier Albo.

A partir disso, vale-se entender o conceito de decolonialidade através da ótica latino-americana. Apesar da independência dos países latinos ter se dado durante o século XIX, o debate decolonial se fortaleceu no final dos anos 1990 através de um grupo heterogêneo e transdisciplinar de autores que buscavam produzir

conhecimentos que superassem a lógica modernidade/colônia. Estes pesquisadores colocavam a substituição do colonialismo pela colonialidade, “uma concepção racial abrangente da realidade social que permeia todos os domínios da vida econômica, social, política e cultural” (SANTOS, 2023, p. 15). Estes autores se fundamentam em um referencial latino-americano de “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013), conforme o seguinte:

O pensamento decolonial busca analisar os fenômenos internacionais em um processo heterogêneo, apresentando uma reflexão que indica novos percursos para a pesquisa em Relações Internacionais, a começar pelo questionamento de seu próprio campo, seus atores e objetos (ESPANHOL, 2017, p. 2).

O giro decolonial é um termo originalmente explicado por Nelson Maldonado-Torres, em 2005. O mesmo reforça o movimento de resistência teórico, prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colônia (BALLESTRIN, 2013).

No âmbito político, a ascensão da concepção de colonialidade do poder é necessária de ser analisada. Conceito elaborado por Aníbal Quijano, em 1989, exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não acabaram com a destruição do colonialismo (BALLESTRIN, 2013). A colonialidade do poder denuncia "a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial" (GROSGUÉL, 2008, p.126).

Uma das maneiras que essa decolonialidade do poder pode ser realizada é através da cooperação sul-sul, ou seja, as relações entre o Sul Global. Esta cooperação pode ser interpretada como um mecanismo com menos dependência do “Norte Global” – área geopolítica referente aos países desenvolvidos, que em sua maioria, são ocidentais. O Sul Global inclui agentes públicos e privados que pertencem a uma periferia no sistema internacional contemporâneo e buscam por meio de articulações uma “globalização contra-hegemônica” (GROVOGUEI, 2010; CAIRO E BRINGEL, 2010).

A partir disto, pode-se falar que as Epistemologias do Sul, formuladas nos anos 2000, a partir do Fórum Mundial Social (organização contra-hegemônica que contrapunha os interesses ocidentais do Fórum Mundial Econômico), nomearam e destacaram os saberes antigos e contemporâneos dos grupos que resistiram ao domínio ocidental (SANTOS, 2023).

Desta maneira, a corrente decolonial passou de ser apenas uma filosofia ou uma corrente de pensamento, para adentrar como meio prático de se realizar políticas internas e externas em diversos países. Através da cooperação Sul-Sul e das epistemologias, o decolonialismo passou a ser visto na política, ganhando forma com base nas realidades de cada nação. A criação de políticas alternativas à hegemonia estadunidense também fez parte desse processo prático decolonial e contribuiu para um avanço em um processo alternativo para a América Latina. Neste sentido, é de suma importância compreender como os estudos decoloniais brasileiros, argentinos e bolivianos se encontram no debate contra-hegemônico na região.

## **2.2. Estudos decoloniais: Bolívia, Argentina e Brasil**

Os estudos decoloniais, ganham suas particularidades em cada território, a partir da análise de cada autor. Contudo, essas interpretações podem se encontrar em eixos temáticos, e se dialogarem, complementando muitas vezes as análises.

Levando isso em consideração, cabe apontar que diversas análises feitas a partir da América Latina, Bolívia, Argentina e Brasil se encontram no debate sobre a busca por desenvolvimento e autonomia. Esses estudos buscam uma nova maneira de analisar a ordem vigente que foi traçada a partir da modernidade e as escassas oportunidades de inserção internacional a esses países.

Como já foi apresentado, todos esses países têm um histórico de colônia e lutam até hoje contra as forças de colonialidade do Ocidente. Todos passaram por problemas econômicos e financeiros diante de instituições ocidentais e estadunidenses, tendo que, muitas vezes, repensar os pressupostos ocidentais de desenvolvimento para suas realidades.

Neste sentido, a lógica decolonial é abordada no presente trabalho a partir de obras de três autores: Walter Mignolo (autor argentino), Francine Rossone (autora brasileira) e Xavier Albó (autor boliviano). Primeiramente será apresentado uma análise sobre “desmodernidade”, proposta decolonial de Mignolo, a partir da lógica contra-hegemônica da América Latina. A partir disso, se torna possível compreender as análises acerca da autonomia e dependência da região pelo ponto de vista de Rossone. Por fim, com Xavier Albó, é colocada uma proposta epistemológica para a questão.

A linha traçada vai ao encontro da preocupação de trazer autores de cada um dos países de análise neste trabalho, a fim de enriquecer a lógica decolonial, com diversas matizes desse pensamento, trazendo a perspectiva e realidade de cada um desses autores a partir de suas obras.

Vale ressaltar, contudo, que esses não são os únicos conceitos, autores ou mesmo nações que possibilitam esses diálogos. Por fins metodológicos, a análise desse trabalho se ateuve aos conceitos a seguir trabalhados a partir da lógica de escolha dos países já apresentados. No entanto, a ótica decolonial é ampla e repleta de diferentes níveis e desdobramentos de estudos.

### **2.2.1. Walter Mignolo: Desocidentalização, Desmodernidade e Decolonialismo**

Primeiramente, é importante contextualizar quem é Walter Mignolo. O argentino é sociólogo e professor de literatura na Universidade de Duke, nos Estados Unidos. É uma das figuras mais importantes do pensamento decolonial latino-americano e foi membro fundador do Grupo Modernidade/Colonialidade.

Em dois artigos escritos em conjunto com outros autores, trabalhou mais exclusivamente a ideia de desocidentalização e desmodernidade, aprofundando a ideia decolonial de produção epistemológica

No artigo, “A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial”, produzido com Júlio Roberto de Souza Pinto,

sociólogo brasileiro, Mignolo trabalha a ideia de modernidade<sup>13</sup>, e a sua correlação com o decolonialismo.

Os autores afirmam que a modernidade e o desenvolvimento, assim como a democracia e os direitos humanos, não são representações diretas das realidades. Eles são, na verdade, discursos construídos e validados por interações coletivas ou individuais simbólicas, muitas vezes inconscientes. Ou seja, são ideias construídas a partir de uma lógica ocidental, imposta aos demais países através da colonialidade (MIGNOLO e PINTO, 2015).

No caso da modernidade, especificamente, ela é colocada como uma realidade “natural, necessária e inevitável, eliminando, assim, toda e qualquer possibilidade de contestação e de reexistência ou busca de outros mundos” (MIGNOLO e PINTO, 2015, p.385). Assim, esse modelo de avanços se esbarra em uma dominação do ocidente que pode ser vista não apenas por meios políticos e econômicos (mais sutis do que a dominação colonial do início da modernidade no século XVI), como também pela cultura, informação e conhecimento. Essa lógica ocidental, além disso, é totalitária, excluindo todas as outras possibilidades apresentadas pelo Oriente, África e América Latina (MIGNOLO e PINTO, 2015).

Desta maneira, não há como falar sobre contra-hegemonia sem falar de desocidentalização e desmodernidade. Assim, os autores mencionam que essa ideia de avanço moderno tem perdido sua força com a ascensão de novas vozes vindas do Sul Global através do questionamento da colonialidade. Com ela, carrega-se a desocidentalização, buscando e validando produções epistemológicas que questionam a ótica moderna, a ideia de desenvolvimento e os frutos delas, como democracia e direitos humanos. Assim, alinhado a isso, Mignolo em “*Global Coloniality and the Decolonial Option*” (artigo escrito com Madina V. Tlostanova, professora decolonial russa em 2009) aponta como complemento a ideia de desmodernização, falando que descolonizar significa des-modernizar. Essa segunda ideia parte do princípio de que é necessário desvincular a ideia de avanço a esse “paraíso liberal” imposto pelo Norte. Isso não significa voltar para a idade da pedra e abandonar os

---

<sup>13</sup> A modernidade não é um período histórico, mas a autonarração dos atores e instituições que, a partir do Renascimento, conceberam-se a si mesmos como o centro do mundo (MIGNOLO, 2015)

preceitos modernos, mas sim, emancipar epistemologicamente o Sul Global, validando outros meios de entender e construir a era atual (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009).

Claramente, essa desvinculação com o Ocidente tem encontrado barreiras, tentativas do norte global de exercer uma “reocidentalização”. Contudo, segundo Mignolo e Pinto:

(...) pela primeira vez em muitos séculos, as várias regiões não ocidentais do mundo, o “sul global” e um “hemisfério oriental” ressurgente em termos cada vez mais definidos pelos próprios orientais, têm estabelecido entre si relações culturais, econômicas e políticas sem a intermediação e fora do gerenciamento das potências ocidentais e de seu líder atual, os Estados Unidos, o que parece apontar para um mundo crescentemente multipolar e marcado pelo multilateralismo, em que pese aos esforços do ocidente de retomar seu centenário controle sobre todo o mundo (MIGNOLO e PINTO, 2015, p. 397).

Assim, entende-se que falar em contra-hegemonia é entender a necessidade de desvincular a ideia de modernidade do Ocidente, para assim poder traçar propostas de construção distintas. Neste sentido, atrelada à ideia de modernidade, é preciso compreender a necessidade de rompimento com a dependência que o Sul Global possui com Norte, buscando autonomia. Para compreender melhor, a próxima seção tratará dessa busca de autonomia a partir do estudo de Francine Rossone.

### **2.2.2. Francine Rossone e a “Saga Pelo Desenvolvimento”**

No livro “Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais” (2011), organizado por Aureo Toledo, é retratado diversos autores pós-coloniais e decoloniais e temas diversos que traçam paralelos com esses estudos.

Especificamente no capítulo “A Saga Pelo Desenvolvimento E/Ou Autonomia Na América Latina: A Ascensão E Queda Do Brasil”, Francine Rossone de Paula, doutora brasileira em Pensamento Social, Político, Ético e Cultural analisa os desafios latino-americanos na busca por desenvolvimento, citando a análise da corrente decolonial nesta lógica.

Rossone (2021) concentra sua análise em uma interpretação sobre autonomia e dependência, apontando o papel do decolonialismo neste processo. Por essa lógica,

a autora explica que por mais que não sofremos o processo de dependência colônia/metrópole atualmente como foi no processo de colonização europeu até o século XIX, ainda seguimos a lógica: modernidade/ colonialidade no processo de desenvolvimento.

Ou seja, falar de desenvolvimento, crescimento político e econômico dos países do Sul Global, significa desvincular formas pós-coloniais de exploração, rompendo a lógica citada. Além disso, é necessário, na visão da autora, abandonar as estruturas ontológicas e epistemológicas dominantes para garantir essa emancipação das partes hoje marginalizadas (ROSSONE, 2021).

Francine Rossone (2021), em seu artigo analisa a autonomia dos países latino-americanos pela lente da teoria da dependência<sup>14</sup> e pelo estudo decolonial. Ambas as lentes têm como característica fundamental uma posição crítica em relação à ontologia moderna estadunidense e eurocêntrica. Contudo, o decolonialismo propõe repensar estruturas, indo além das mudanças políticas e econômicas, apontando uma nova maneira de analisar e criar a sociedade, a partir de conhecimentos dos povos originários e outras populações invisibilizadas.

Nesse sentido, emancipação e autonomia somente poderão ser conquistadas quando a estrutura for questionada, desestabilizada e finalmente extinguida, o que significa necessariamente também a libertação dos sujeitos dominantes de suas posições (ROSSONE, 2021). Isso se liga com a ideia de desocidentalização de Mignolo. Segundo Chilcote (1974, p. 12), “a América Latina é subdesenvolvida porque apoiou o desenvolvimento da Europa ocidental e dos Estados Unidos”. Desta maneira, seguir a lógica de desenvolvimento ocidental, significa reforçar os laços coloniais ainda existentes.

Ao se desvincular com a ideia de modernidade ocidental, a busca por desenvolvimento ganha outros traços, valendo-se de outra geografia e outras formas de ser e saber (MIGNOLO, 2007). Isso significa que repensar esse processo de desenvolvimento é desafiar os ideais de autonomia baseados na individualidade

---

<sup>14</sup> A teoria da dependência foi uma formulação teórica desenvolvida por acadêmicos latino-americanos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. A teoria oferece uma crítica aos processos que levam o subdesenvolvimento a ser reproduzido na periferia do mundo capitalista (ROSSONE, 2021).

moderna atual, isto é, repensar o que se considera uma boa vida em sociedade, dando espaço a diferentes cosmologias e modos alternativos de organização da vida social (ROSSONE, 2021).

Nesse sentido, a autora completa apontando que o processo de descolonização em busca da autonomia e de uma nova ordem contra-hegemônica não pode ser pensado em termos de conquista de poder sobre as fronteiras jurídico-políticas de um Estado. A ideia é que o poder de barganha do Sul Global cresça (o que na ordem internacional significa diminuir o do Norte), sendo necessário para isso desvincular as ideias de fronteiras, conectando-se com as outras experiências de exploração a fim de se pensar e investigar outras propostas de realidade (ROSSONE, 2021).

Portanto, a busca pelo desenvolvimento segue a lógica de desocidentalização e desmodernização proposta por Mignolo indo ao encontro da ideia de nova ordem contra-hegemônica a partir de uma visão decolonial. Desta maneira, há propostas de como realizar essa ordem, incluindo, por exemplo, epistemologias de povos originários, com ideias de organização diferentes. Na próxima seção uma delas será explorada a partir dos estudos de Xavier Albó.

### **2.3. Xavier Albó E O El Buen Convivir**

Xavier Albó foi um padre e antropólogo que viveu grande parte da sua vida na Bolívia, onde fez parte da luta contra a ditadura militar e, como acadêmico, deixou importantes contribuições às ciências sociais, particularmente com estudos sobre os povos indígenas, sendo condecorado com o prêmio “Cóndor de los Andes” devido ao seu trabalho em defesa da democracia e dos direitos indígenas.

Albó, pensador decolonial, trabalhou em uma de suas obras a ideia de “*Vivir Bien*”, conceito que parte de ideais de povos originários andinos. Como uma proposta de construção nacional alternativa, este ideal foi incorporado nas Constituições da Bolívia e do Equador.

No artigo, “Suma Qamaña = El Buen Convivir”, Xavier Albó explica a origem da ideia de “*Vivir Bien*”, juntamente com a ideia de Suma Qamaña, relacionando assim com a proposta de desenvolvimento.

*Vivir Bien*, em português, viver plenamente, é diferente da ideia de viver melhor. A segunda, é derivada da óptica moderna e pós-moderna capitalista, em que crescimento, desenvolvimento é atrelado a maiores índices econômicos, mais capitais, maior consumismo e competitividade. Já a ideia de Vivir Bien se desvia dessa projeção, logo que corresponde a ideia de *Suna Quañana* (ALBÓ, 2009)

Qamaña significa “viver, habitar”, e Suna corresponde a ideia de “bonito, agradável, amável” e também a “perfeita, excelente”. Ou seja, Suna Quañana corresponde à ideia de viver perfeitamente. Por isso a ideia de viver bem é distinta da ideia de viver melhor, logo que, corresponde ao perfeito, não havendo melhor forma de viver e conviver em sociedade.

Como princípio, viver dessa maneira corresponde a viver com bondade e generosidade. O contrário de viver assim seria conviver de maneira incivilizada, no sentido de abandonar os cuidados com a coletividade e sociedade. Além disso, construir a ideia de Viver bem significa ter uma “sociedade de convívio, com qualidade de vida, de alta sinergia e baixa entropia, de equilíbrio, eco-simbiótica com seu espaço, de fluxos dinâmicos e com democracias locais diretas” (ALBÓ, 2009, P. 45)

Assim, a lógica de desenvolvimento que essa proposta carrega parte da ideia de desenvolvimento humano e cultural de cada povo, acima da ideia de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, essa lógica de desenvolvimento rompe com o crescimento individualista ocidental pressupõe uma ideia de coletividade, em que é melhor avançar como sociedade, ao mesmo tempo, não há competitividade, uma vez que “*vivir bien*” é baseado no desenvolvimento de cada povo (ALBÓ, 2009).

Desta maneira, a ideia de *vivir bien* e *suna quañana* se apresenta como uma possibilidade de construção epistemológica decolonial no que tange a ideia de contra-hegemonia e autonomia do Sul Global. Estes conceitos, e outras ações decoloniais puderam ser vistas em Constituições, discursos e posicionamentos do Sul Global, sendo diversas, durante o período de Onda Rosa na América Latina. No próximo capítulo serão analisados esses momentos a fim de se entender, por fim, a relação dos estudos decoloniais com o movimento de Onda Rosa Latino-Americano.

Nesse sentido, a proposta de Xavier Albó dialoga com as outras ideias de autonomia e desenvolvimento fruto de contribuições de teóricos no Brasil e Argentina.

Essa é uma, de diversas outras propostas epistemológicas decoloniais que caminham para uma emancipação do Sul Global e que ganharam notoriedade durante a Onda Rosa.

## **CAPÍTULO 3: RUMO A UMA POLÍTICA EXTERNA DECOLONIAL**

A corrente decolonial não se limita apenas à construção teórica. No início do século XXI, ela pode ser vista através de um movimento político intelectual em que pautou discursos, esquemas de cooperação internacionais e construções de políticas internas e externas. O decolonialismo pode ser visualizado como uma lente para enxergar o mundo, e poder questioná-lo e construí-lo de outra maneira. Além disso, é uma maneira de construção epistemológica que pode transitar entre diferentes áreas dos saberes, como: política, educação, e movimentações sociais.

Uma maneira clara de entender o papel do decolonialismo e a ascensão de governos progressistas está na construção de Constituições que demonstram a valorização dos saberes de povos originários, como Bolívia e Equador com a inclusão dos conceitos “*Vivir Bien*” em seu corpo, conceitos trabalhados nesse estudo desenvolvidos no capítulo anterior.

Contudo, apesar da relevância dessa análise, a ótica decolonial aplicada a política externa é mais visível, principalmente no que diz respeito a região latino-americana e a construção de mecanismos regionais que evidenciam uma oposição às estruturas hegemônicas. Assim, pode-se traçar uma linha conjunta entre as construções decoloniais e a Onda Rosa que ecoou por diversos países da região. Para compreender essa relação são analisados discursos oficiais e os meios de integrações que reforçam a cooperação Sul-Sul e a autonomia da América Latina no período.

### **3.1. Os discursos na política externa**

Os discursos de representantes estatais nesse período destacam diversas vezes elementos textuais que valorizem a cooperação sul-sul e o fim da colonialidade. No Brasil, Luís Inácio da Lula Silva iniciou seu mandato em 2003 trazendo em seu discurso a necessidade de mudança nas maneiras de se governar o Estado brasileiro.

Entre essas alterações, Lula apontou como motivação para mudança: o esgotamento do modelo neoliberal, vigente no período, que trouxe uma cultura de individualismo, de indiferença com o próximo e de ameaça à soberania nacional.

Assim, ele apontou em seu discurso de posse a necessidade de se construir uma nação soberana, consciente da sua importância no cenário internacional, mas que, ao mesmo tempo, fosse capaz de acolher e garantir justiça a toda sua população (BRASIL, 2003).

De forma a mostrar uma superação aos anos coloniais, em seu discurso exaltou a população brasileira, que, mesmo com todas as crueldades e discriminações, apontando em especial as comunidades negras e indígenas, sempre foram exemplo de resistência e construção nacional. Além disso, trouxe como elementos de uma vontade de construir uma política externa anti hegemônica a crítica a instituições que reforçam o modelo ocidental, como o Conselho de Segurança da ONU. Defendeu a reforma do Conselho, a fim de construir um diálogo com todas as nações e principalmente, com aquelas que passam pelas mesmas questões de desenvolvimento como é visto abaixo:

Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. (...) Temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado (BRASIL, 2003).

Em discursos na ONU, as posições brasileiras permaneceram. Durante o primeiro mandato de Lula, os discursos da delegação brasileira nas Assembleias Gerais na ONU, foram marcados pela crítica a maneira que o Conselho das Nações Unidas, cooperação com o Sul Global e mudanças ou criação de instituições que pudessem defender uma ordem internacional mais justa.

Nesse sentido, em seu primeiro discurso na Assembleia em 2003, Lula apontou o apoio que recebeu da América do Sul em relação às propostas de mudanças no Conselho de Segurança. Além disso, apontou a necessidade de desenvolver um Conselho Econômico e Social que pudesse participar mais ativamente da construção de uma ordem econômica mais justa (BRASIL, 2003).

Baseado em uma lógica de reconhecimento de similaridades apontou o relacionamento com o continente Sul-Americano como algo além das circunstâncias

históricas e geográficas. Colocou esse relacionamento como um sentimento inédito de parentesco e parceria. Apontou também o relacionamento fortalecido com China e Rússia, e as novas cooperações com o continente africano.

Lula afirmou que visitaria meses depois cinco países da África Austral a fim de dinamizar a cooperação econômica, política, social e cultural com o continente. Além disso, o anunciou que realizaria um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados da Liga Árabe. Por fim, também citou as relações com a Índia, que seriam aprofundadas através de um foro trilateral com a África do Sul (BRASIL, 2003).

Assim, percebe-se que desde o primeiro ano de mandato Lula já encaminharia as relações internacionais do Brasil para uma lógica sul-sul, de dinamização dos parceiros e de fortalecimento política, social e cultural com os Estados que compartilham passados de opressão e colonização.

Com o passar dos anos, os discursos que demonstravam essa lógica decolonial foram ficando mais claros. Em 2004, no mesmo cenário da ONU, Lula citou Franz Fanon, teórico pós-colonial, ao falar da sua responsabilidade com os excluídos:

Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança. A eles, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial destinou uma herança comum: “Se queres, aí tens liberdade para morrer de fome”. Hoje somos 191 Estados-nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o direito dos povos à autodeterminação. Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, 200 milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, Lula reforçou as cooperações que já vinham sido organizadas e que enfatizam essa lógica anti-hegemônica, anti-ocidental e anti-colonial. Exemplo disso foi a criação do fundo de solidariedade entre África do Sul, Índia e Brasil; o fortalecimento do MERCOSUL e a aproximação da criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, com integração econômica, comercial, social e cultural (BRASIL, 2004).

Além disso, Lula colocou a necessidade de o povo palestino alcançar a autodeterminação e apontou a articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 como passo importante para um comércio com justiça social.

É fundamental continuar desenhando uma nova geografia econômica e comercial, que, preservando as vitais relações com os países desenvolvidos, crie sólidas pontes entre os países do Sul, que por muito tempo permanecem isolados uns dos outros (BRASIL, 2004).

Já em 2005, com a recente criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, com as visitas do Presidente da Nigéria e da União Africana e o fortalecimento de relações com a Liga dos Estados Árabes e o Conselho de Cooperação do Golfo, a política Sul-Sul se fortaleceu (BRASIL, 2005).

Outro evento, foi a Cúpula de países da América do Sul e dos países árabes realizada, em maio de 2005, em Brasília. A Cúpula foi um evento pioneiro que reuniu duas grandes regiões do mundo em desenvolvimento, em uma demonstração concreta e efetiva de harmonia entre civilizações, um verdadeiro laço antiocidental, conforme foi enfatizado pelo ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim (2005)

A política externa de Lula, já a partir do seu primeiro ano de mandato, foi marcada por ações que podem ser caracterizadas como decoloniais, e principalmente, anti hegemônicas. A relação com a América do Sul fez com que seus discursos se interligassem de certa forma com o de outros líderes, e a luta não se restringiu ao cenário brasileiro. Assim certas características decoloniais puderam ser vistas também nas palavras de Néstor Kirchner.

Em seu discurso, o progressista argentino enfatizou as raízes históricas e coloniais que moldaram a Argentina, colocando também a necessidade de mudança como centro de sua política:

Nós viemos do Sul do mundo e queremos definir, junto com vocês, os argentinos, prioridades nacionais e construir políticas de Estado de longo prazo, a fim de criar o futuro e gerar tranquilidade. Sabemos para onde vamos e sabemos para onde não queremos ir nem voltar. Não é necessário fazer uma revisão detalhada de nossos males para saber que nosso passado está cheio de fracassos, dores, confrontos, energias mal gastas em lutas estéreis, a ponto de enfrentar seriamente os líderes com seus representados, a ponto

de colocar seriamente os argentinos uns contra os outros (ARGENTINA, 2003).

Assim, questionando as políticas neoliberais adotadas que reforçaram a dependência argentina a instituições financeiras ocidentais, como o FMI, o presidente falou em mudança para se construir o futuro da nação (ARGENTINA, 2003).

Apontou, assim, a necessidade de garantir a educação como uma forma de se construir identidade nacional. Na política externa, a construção de uma América Latina estável, unida e próspera, através, por exemplo, do MERCOSUL foi apontada e a luta anti-colonial pelas terras Malvinas se fez presente (ARGENTINA, 2003).

Na ONU, declarações sobre necessidades de autodeterminação dos povos e fim de relações coloniais (apontando novamente o caso das ilhas Malvinas) se fez presente nos anos de mandato (ARGENTINA, 2003).

Além disso, a crítica a instituições ortodoxas que prejudicam, muitas vezes, países em desenvolvimento esteve presente nos discursos. A luta por mudanças nas mesmas, para que a lógica de favorecimento de nações desenvolvidas fosse revelada e, eventualmente, superada, também foi mencionada. Por outro lado, o Mercosul como instrumento de enfrentar a pobreza e exclusão foi um meio argentino de demonstrar parte na construção da Cooperação Sul-Sul, mesmo com os desafios econômicos que permaneciam devido à lógica ocidental de construção da economia (ARGENTINA, 2003).

Mesmo com uma sutileza nos discursos, os laços entre Argentina, Brasil e outros países do Sul Global foram se fortalecendo com o passar dos primeiros anos do século XXI. Durante os primeiros mandatos dos dois líderes mencionados, essa construção passou a ser feita, e apenas se fortaleceu com a chegada da reeleição nos dois países (CORRÊA, 2007).

No caso da Bolívia, com a chegada de Evo Morales ao poder em 2006 características decoloniais do líder indígena ficaram ainda mais claras. Em seu discurso de posse, o presidente pediu um minuto de silêncio por todos os que lutaram na defesa da dignidade ao povo subalterno em toda a América. Exaltou o movimento indígena pela resistência durante todo período colonial, republicano e neoliberal,

afirmando o compromisso em alterar essa realidade (BOLÍVIA, 2006 *apud* UNLP 2020).

Esses povos, historicamente, têm sido marginalizados, humilhados, odiados, desprezados, condenados à extinção. E quero dizer, sobretudo, aos irmãos indígenas da América concentrados aqui na Bolívia: a campanha de 500 anos de resistência indígena e popular não foi em vão; a campanha de 500 anos de resistência indígena popular, iniciada em 1988, 1989, não foi em vão. Estamos aqui para dizer, basta à resistência. Da resistência de 500 anos à tomada do poder por 500 anos, indígenas, trabalhadores, todos os setores para acabar com essa injustiça, para acabar com essa desigualdade, para acabar, sobretudo, com a discriminação, opressão à qual temos sido submetidos como aymaras, quechuas, guaraníes (BOLÍVIA, 2006 *apud* UNLP, 2020)

Morales exaltou em seu discurso inicial revolucionários que lutaram pela independência, democracia cultural e contra-hegemonia da América Latina e seguiu o discurso questionando os mecanismos para reparação dos 500 anos de exploração dos recursos naturais. Para ele, a resposta estaria na construção da soberania através de um governo que fosse instrumento político do povo, da libertação, da busca por igualdade e justiça social, que buscasse a unidade a partir da diversidade. E o mesmo afirmou que esse seria compromisso do seu mandato (BOLÍVIA, 2006 *apud* UNLP 2020).

Além disso, apontou a importância que há na América Latina e nos países fronteiriços essas construções identitárias, citando a visita que fez à Néstor Kirchner dias anteriores. E colocou que a luta não é apenas pela autodeterminação dos povos originários da Bolívia, mas sim de toda a América (BOLÍVIA, 2006 *apud* UNLP 2020).

Na ONU, seu discurso não foi diferente, e reforçou a importância de estar não apenas representando a Bolívia, mas sim o povo indígena do país:

Quero dizer que depois de mais de 500 anos de desprezo, de ódio, em alguns tempos fomos considerados como selvagens, como animais e em algumas regiões condenadas ao extermínio, graças a essa consciência e esse levantamento e por essa luta por direitos dos povos cheguei onde chegamos para reparar um dano histórico para reparar os danos de 500 anos. Jamais se tornou vista essas lutas dos povos por vida, por humanidade (...) (MORALES, 2005 *apud* MAMACOCA, 2006)

O presidente boliviano reforçou também as mazelas que o neoliberalismo provocou, saqueando recursos naturais, privatizando os serviços básicos. Para o

Morales esse modelo, proveniente do ocidente, teria sido responsável por violar os direitos humanos. Em seu discurso apontou também o compromisso com o fim da colonização e seus efeitos:

Venho expressar sobre tudo esse pensamento anticolonial dos povos que lutam pela igualdade e justiça (...) e a favor o Estado boliviano no controle de seus povos, e dos recursos naturais historicamente roubados, saqueados por governos neoliberais e entregue as transnacionais (MORALES, 2005 *apud* MAMACOCA, 2006).

No discurso anticolonial, apontou a folha da coca como uma maneira de recolonização ou colonização dos países andinos. A folha da coca, que é fruto de um costume, cultura e saber andino, é vista pelo ocidente como um mal e é usada como uma das maneiras de fortalecer a luta contra as drogas. “A luta contra as drogas não pode ser um instrumento para submeter os países da região andina, assim como inventaram guerras preventivas para interferir em alguns países do Oriente Médio”. (MORALES, 2006, discurso proferido em 19 de setembro de 2006, tradução própria). Evo explicou como isto é fruto de interesses maiores quando comparou a problemática com a marca de refrigerante “Coca-Cola”, e como neste produto o uso da folha não é visto como problema (MORALES, 2006 *apud* MAMACOCA, 2006).

A política externa boliviana se comprometeu com a luta por uma Declaração dos direitos dos povos indígenas do mundo, com o direito de autodeterminação, de viver em comunidade, em coletividade, em solidariedade, reciprocidade de forma a superar formas vigentes de colonização e ocidentalização do mundo.

Nesse sentido, a análise de discursos foi feita para visualizar de maneira clara as posições externas desses países durante os primeiros mandatos da Onda Rosa. A seleção de apenas o primeiro período de análise foi realizada, uma vez, que se entende que as reeleições ou governos de continuidade nos territórios mencionados multiplicaram ou aprofundaram as bases intituladas nesses primeiros mandatos. Os discursos de posse foram escolhidos, uma vez que marcaram simbolicamente essa “ruptura” neoliberal anterior. Por outro lado, nas Assembleias Gerais das Nações Unidas, as falas reforçam as políticas externas e internas realizadas por esses países e as principais posições desses Estados no cenário internacional, sendo guias para compreender futuros alinhamentos.

Durante essas análises, contudo, foi encontrada dificuldade de encontrar as falas de Evo Morales nos três próximos anos de mandato nas Nações Unidas (condizendo com o período de primeiro governo no país). Para encontrar esses discursos foram feitas pesquisas em sites governamentais e nas bibliotecas virtuais da ONU, contudo, para os anos de 2007 a 2009, os posicionamentos de Morales nas Assembleias Gerais não foram encontrados.

### **3.2. As Alternativas de Construção Decolonial na América Latina**

Durante os anos de Onda Rosa, entre 2000 e 2010, diversas maneiras de integração regional estiveram presentes na América Latina. Algumas, ainda no modelo de regionalismo aberto<sup>15</sup>, como é o caso do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), se fortaleceram e incorporaram outras camadas. No MERCOSUL, por exemplo, questões culturais foram tratadas mais frequentemente. Por outro lado, outras organizações foram criadas, ensejando uma outra maneira de se ver o regionalismo, como os casos da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), e da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (PEREIRA, 2016).

A criação e fortalecimento dessas instituições foram compreendidas enquanto alternativas apropriadas para o desenvolvimento de países latino-americanos comparado aos mecanismos de cooperação dominados pelas grandes potências. Características decoloniais podem ser vistas em ações e funções desses grupos, criando em graus diferentes, opções contra-hegemônicas e anti-imperialistas na região no período. Essas instituições, assim, fazem jus aos anseios colocados nos discursos proferidos por todo o período de Onda Rosa. Assim essas instituições podem ser vistas como a materialização desses discursos e pensamentos apontados. Cada maneira e nível de avanço na resistência são analisados abaixo a partir da divisão de cada instituição.

---

<sup>15</sup> A Cepal definiu o “regionalismo aberto” como a construção da integração regional a partir de acordos preferenciais e outras políticas ao mesmo tempo que um processo de liberalização e desregulação é mantido (CEPAL, 1990).

### 3.2.1. MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul, criado nos moldes de um regionalismo aberto e liberal, um processo de integração regional, que, desde sua criação em 1991, pelo Tratado de Assunção (tendo como signatários: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) passou a visar alguns objetivos. Entre eles estão a livre circulação de bens, trabalho e pessoas, o estabelecimento de uma tarifa externa comum e uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados, entre outros que beneficiem o comércio entre os países originários e os que integraram o bloco, posteriormente (Venezuela e Bolívia) (MERCOSUL, 2024).

O MERCOSUL, foi resultado de esforços de integração econômica da Argentina e Brasil. Através da busca de alcançar níveis de interligação maiores entre esses dois países, foi assinado em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que visava instituir um espaço econômico bilateral comum em até 10 anos. Contudo. Em 1991, o projeto se expande aos novos membros.

No âmbito econômico, Argentina e Brasil sempre tiveram um papel importante na construção do bloco. Isso se deve ao fato de serem as maiores economias da região na época, fortalecendo o interesse dos outros membros em realizar comércio com eles, e aumentando um alinhamento bilateral dessas duas economias de concretizar trocas. O Brasil, passou a ser o maior parceiro comercial da Argentina, e o MERCOSUL passou a ser parte de 17% das relações de exportação e importação brasileiras em 1998 (ALMEIDA, 2011).

Em 2006, ao entrar no poder, Evo Morales enviou uma carta demonstrando o interesse em ser Estado parte do bloco. Embora a Bolívia já fosse considerada país associado desde 1996, a entrada oficial garantiria voz e voto ao país, podendo usufruir de todos os benefícios econômicos do bloco (LECHÍN, 2015). Contudo, a entrada só foi concretizada anos depois, uma vez que a Bolívia ainda participava de outro bloco regional: Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), tendo que se adaptar as questões burocráticas para concretizar o ingresso ao MERCOSUL.

Embora sua finalidade seja comercial, com o avanço de movimentos sociais e maior participação da população na política que culminaram no início da Onda Rosa,

este bloco criou um “braço” para tratar das relações culturais entre os países. Criado em 1998, o Mercosul Cultural tem o objetivo de estimular o debate e o fortalecimento do bloco, posicionando a cultura como elemento fundamental da integração regional. As principais ações estão ligadas ao intercâmbio de políticas culturais, o desenvolvimento de estudos, a integração de sistemas de informação e estatística promoção do intercâmbio técnico e artístico, a gestão do patrimônio cultural e a valorização da memória social e da diversidade cultural (BRASIL, 2024)

Por mais que o MERCOSUL tenha se limitado a uma abordagem neoliberal de ganho de mercado, o Mercosul Cultural, por outro lado, conseguiria explorar mais a ótica decolonial. Através da busca por compartilhamento cultural e de saberes, a ótica emancipatória e valorativa da região pode ser vista mais claramente a partir desse mecanismo.

Uma das maneiras que essa atuação pode ser vista é através da Bienal do Mercosul. Esse, um projeto cultural que ocorre em Porto Alegre no Rio Grande do Sul do Brasil desde 1997 é resultado da interação de atores públicos e privados dos países do MERCOSUL e colabora para o intercâmbio de obras e artistas da região.

Durante a Onda Rosa (em que todos os países do bloco vivenciavam o movimento em seus governos) essas políticas se fortaleceram adentrando arranjos institucionais diversos a níveis nacionais e regionais. Assim com uma agenda ampliada, incorporou temas como diversidade cultural e interculturalidade, plurinacionalidade, direitos indígenas, direitos culturais e políticas públicas de base comunitária (GRAZIANO, 2023). Como consequência desse processo, o Mercosul Cultural distanciou-se do seu caráter protocolar de encontros regulares para se tornar “um espaço de concentração e coordenação regional, a partir de discussões técnicas especializadas e do desenvolvimento de projetos de cooperação cultural” (GUARIGLIO e GRAZIANO, 2022, p. 162).

Entre as maneiras que essa organização atuou no período está a coordenação e negociações dos países integrantes no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), assim como o posicionamento crítico do bloco diante da desigual representação regional nos órgãos de suas convenções. Além disso, essa diplomacia cultural resultou, na elaboração de uma

proposta conjunta para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), por meio da aprovação da Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade. Esse documento é de suma importância, logo que introduziu o debate sobre os limites do desenvolvimento à luz de conceitos decoloniais como o *buen vivir/ vivir bien*, propondo a cultura como um dos pilares do desenvolvimento sustentável (GUARIGLIO e GRAZIANO, 2022).

Contudo, apesar dos avanços em termos de fortalecimento cultural e decolonial da região, a invisibilidade continuou, principalmente nos arranjos institucionais do bloco. Dentre os 10 eixos, 26 diretrizes e 105 objetivos prioritários do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) (MERCOSUL/CMC/DEC. nº 12/11), a cultura aparece apenas, de maneira mais explícita, no Eixo V – Valorizar e promover a diversidade cultural (GRAZIANO, 2023). Por outro lado, as ações resultados de ações não governamentais prevalecem, como é o caso da Bienal que ocorre até hoje (mesmo que não tenha tanta repercussão como nos primeiros anos de acontecimentos).

Desta maneira, percebe-se a dificuldade de incluir esses temas no planejamento estratégico do bloco, retardando o processo emancipatório e decolonial na região, e ficando ainda preso em algumas amarras ocidentais e neoliberais. Isso é visto mais claramente com o final da Onda Rosa, em momento que o bloco ficou ainda mais focado em ser um arranjo apenas um arranjo neoliberal de trocas comerciais.

### **3.2.2 ALBA**

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América foi proposta pelo presidente venezuelano Hugo Chávez na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, em 2001. Com o acordo do líder cubano Fidel Castro, Chávez e ele assinaram a Declaração Conjunta para a criação da ALBA em 14 de dezembro de 2004 (FREITAS, 2011).

A ALBA partiu da congruência de interesses de Estados da América Latina e Caribe, que compartilhavam demandas internas e o desejo de alavancar o desenvolvimento da região. Diferentemente do Mercosul, modelo de integração econômica já vigente na região, a aliança visa fomentar o desenvolvimento dos

estados-membros além da facilitação de comércio. Assim, tem como princípios a cooperação, solidariedade, defesa da cultura e identidade dos povos, a fim de se criar uma sociedade latino-americana conjunta, podendo se apoiarem e se complementarem na busca por soberania perante o Norte Global (FREITAS, 2011).

A ALBA foi fundada em uma contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), bloco econômico com alta influência estadunidense. Assim, foi criada para fortalecer os interesses políticos da região de maneira independente e anti-imperialista. Nesse sentido, aos poucos foi atraindo países Latino-Americanos como Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda.

Como observado, dos países estudados nesse trabalho, o único integrante desse grupo é a Bolívia. A instituição se transformou em uma aposta para o país, que entrou em 2006. Apesar de fazer frente a ALCA (em que o país também fazia parte), Evo Morales estava alinhado com os objetivos do grupo, apoiando o caráter anti-imperialista. O líder teve importante atuação, principalmente com a Venezuela e Cuba, tendo esses três países como principais contemplados por declarações e acordos.

Entre esses pode-se visualizar os esforços relacionados a saúde e educação, principalmente, na Bolívia e na Venezuela, enquanto, no setor de energia tiveram maiores atuações em Cuba e na Bolívia. A instituição avançou na criação do Banco da ALBA em 2008 e em ferramentas para facilitar as relações comerciais intrabloco (FREITAS, 2011).

Essa tentativa pode ser vista como um modelo decolonial de integração durante a Onda Rosa. A ALBA, diferente do projeto de integração neoliberal do Norte Global, dá prioridade às similaridades territoriais, históricas e culturais desse país, que culminam em formas de organização não capitalistas de organização econômica. Dessa maneira, o regionalismo implementado por essa instituição é baseado em uma sociedade regional, e não apenas um fortalecimento econômico de determinados países (AL-KASSIMI, 2018).

Diferente dos blocos econômicos comuns, a preocupação social é chave fundamental na ALBA, afinal, está se falando na construção de uma sociedade comum, onde a cultura cria valores fundamentais comuns que guiam as populações.

Esses valores são frutos de um histórico coletivo, que deve caminhar para um pensar decolonial (AL-KASSIMI, 2018).

A dimensão social na ALBA não é mera retórica ou um fim normativo em si mesma; é explicitamente um meio de equalizar as geografias do desenvolvimento desigual exacerbadas pela matriz colonial, que é indispensável na transição a longo prazo de uma comunidade para uma união de nações (La Patria Grande). A dimensão da identidade compartilhada está completamente ausente no projeto regional neoliberal, o que revela diretamente a dimensão decolonial da ALBA como um projeto contra-hegemônico baseado na cooperação e solidariedade, que facilita a construção de uma comunidade regional. O foco da ALBA na identidade compartilhada de seus membros desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da governança regional, que se baseia no que Hettne e Söderbaum (2000, p. 463) chamam de “memória coletiva”. (AL-KASSIMI, 2018, p. 18-19, tradução própria).

A ALBA, através de uma trajetória decolonial, visava desvincular o desenvolvimento da região das instituições e modelos neoliberais, trazendo outro entendimento para essa dimensão. Preocupada com o produto da relação histórica e cultural desses países, a instituição busca criar um projeto que transforme a região em sujeito ativo, com uma consciência revolucionária e que busque monopolizar os sistemas de conhecimento dominados pelas elites. A instituição, através de seus princípios busca a emancipação da região latino-americana (AL-KASSIMI, 2018).

O espaço da ALBA é baseado em relações transfronteiriças e cooperação transnacional que se movem para o centro da análise, revelando assim a distinção entre um projeto de regionalismo liderado, por um lado, por uma lógica colonial (maximização de lucros, livre mercado, neoliberalismo, corporações transnacionais/privatização) e, por outro, um projeto regional decolonial motivado pela desarticulação da lógica da colonialidade. Isso é particularmente verdadeiro para a ALBA, na qual tanto os estados territoriais quanto os atores não estatais operam por meio de conjuntos de processos políticos, sociais e econômicos dialéticos que alcançam toda a região da América Latina e do Caribe (Muhr, 2012a, p. 771–772, tradução própria).

A ALBA talvez tenha sido o projeto decolonial mais direto criado durante a Onda Rosa. Amparada por preceitos anti-coloniais muito claros, buscava uma

emancipação política, cultural, social e epistemológica do Norte. Entretanto, a morte de Chávez, em 2013, e a saída do Equador da instituição, em 2018, enfraqueceram a mesma, que, embora, continue atuando com dificuldades estruturais, perdeu grande parte da sua importância a partir da segunda quinzena do século XXI.

### 3.2.3. UNASUL

A União das Nações Sul-Americanas é uma organização intergovernamental composta por doze países da América do Sul criada em 2008. A partir da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, dez países (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) ratificaram o tratado constitutivo da organização (BRASIL, 2024)

Esse espaço multilateral passou a ser um foro de ação coordenada que, para alguns, foi visto como uma frente de poder em oposição aos Estados Unidos. Nessa visão, a UNASUL estaria cumprindo, na América do Sul um papel de instância para negociação de crises políticas da região, esvaziando o espaço da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>16</sup> para esse tipo de debate (NERY, 2015).

A UNASUL cumpriu um papel de organização “guarda-chuva, tendo um perfil diferente das outras iniciativas de integração. Sendo um espaço de coordenação e cooperação política interestatal foi na contramão de blocos econômicos que buscam consolidar a dimensão comercial previamente a política. Nesse sentido, essa união teve como finalidade a cooperação nos campos: energéticos, militares, sociais, logísticos e de infraestrutura, atuando como maneira de construir consensos entre visões distintas de integração (NERY, 2015).

---

<sup>16</sup> A Organização dos Estados Americanos Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948 é impulsionada e influenciada até os dias atuais pelo governo estadunidense. A organização que abarca todos os Estados americanos é considerada o principal fórum das relações regionais dos últimos 50 anos tem como objetivos o “[...] compromisso com a democracia, fortalecimento dos direitos humanos e a garantia da paz e da segurança no continente.” (Carta da OEA, p. 2, 1948).

Dentro da instituição, coexistem ALBA, MERCOSUL e Aliança do Pacífico, ou seja, agrupamentos críticos ao liberalismo e condizentes a ele. Mesmo que não se colocando como uma organização contra-hegemônica, enfatiza a autonomia política regional e a necessidade de projetar geopoliticamente a América do Sul, tirando de certa maneira, das amarras que deixam o continente excluído (NERY, 2015).

Esta instituição foi fruto das Cúpulas da Comunidade Sul-Americana das Nações. Em 2006, na segunda cúpula, a Declaração de Cochabamba ressaltou que esses encontros (que culminaram na criação da UNASUL) deveriam seguir princípios que visam enfrentar os problemas sociais regionais, sendo assim, um passo decisivo para a América do Sul alcançar o espaço em um mundo multipolar. Além disso, a declaração deixou claro o almejo a uma identidade e cidadania sul-americana, pluralista, que reconhecesse as diferenças políticas, sociais e culturais de cada país (NERY, 2015).

O termo “identidade” está presente em diversas partes do tratado constitutivo da organização. A identidade vai além do debate cultural, mas é argumento para entender a região em uma cronologia. A UNASUL, através do identitarismo sul-americano, que une a região, faria portando o elo entre um passado comum, um presente desafiador e um futuro próspero de poder para a região (NERY, 2015).

A UNASUL apenas surge por objetivos políticos dos governos da região na época, sendo um resultado da Onda Rosa. Ao observar os países focos desse trabalho compreende-se principalmente o papel do Brasil para a construção desse grupo. a ideia de superação de amarras do Brasil no Sistema Internacional foi fortalecida com a chegada de Lula. Nesse sentido, o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim concentrou esforços na dimensão econômica, enquanto o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e o assessor Marco Aurélio Garcia apostaram em um processo político que pudesse resultar em ganhos de autonomia, econômicos e sociais para a região.

Por incluir os países participantes do MERCOSUL, ALBA e ALCA, Bolívia e Argentina foram participantes ativos. No caso bolivariano, a instituição teve importante papel para mediar uma onda de violência resultado de conflitos de setores conservadores do país que iam contra a nova constituição proposta por Evo Morales. A onda de violência contou com acusações aos EUA em relação a um apoio aos

opositores do governo bolivariano. Assim a UNASUL agiu realizando a mediação entre a oposição e o governo e marcou a primeira instabilidade regional resolvida sem a participação dos EUA após sua criação (SERBIN, 2009; LYRA, 2017). Para a Argentina, a constituição do bloco político estava altamente ligada aos interesses de multipolaridade e construção de autonomia na América Latina.

Além desses países vale destacar o papel da Venezuela na construção do grupo. A ascensão de Hugo Chávez provocou em uma visão geopolítica que tinha como prioridade a integração regional.

O principal fator para o surgimento da Unasul foi a atuação dos governos Lula e Chávez, que lograram superar obstáculos históricos à integração e aproveitar o contexto regional e internacional favorável ao avanço do processo. O Brasil e a Venezuela coincidem sobre a necessidade de um perfil político para o novo regionalismo, que deve ser um instrumento para políticas de desenvolvimento distributivas e contribuir para a projeção internacional sul-americana (NERY, 2015, p. 71).

Embora haja discordância entre os países da organização sobre a mesma ser ou não uma organização para substituir a OEA, retirando do foco os Estados Unidos, ganhando um papel crítico e libertário da região, não se pode negar que a agenda política das duas são similares (mesmo que a UNASUL possua uma limitação de abrangência). Isso representa uma perda de importância da organização de âmbito continental e um descompasso da política externa estadunidense em relação à América Latina (NERY, 2015).

Portanto, a UNASUL foi mais uma maneira de projeção da região no mundo multipolar. Através da cooperação, do discurso identitário e da ponte entre passado comum e futuro conjunto, a busca por autonomia e distância dos efeitos da colonização podem ser vistos. Embora não tenha assumido esse papel internacionalmente, como a ALBA fez, isto não retira os traços decoloniais que a organização possui.

No entanto, uma crise foi insaturada da organização com o questionamento da legitimação de eleição de Nicolás Maduro na Venezuela em 2014. Enquanto por um lado havia: Brasil, Argentina e Colômbia reforçavam esse questionamento, Bolívia e Equador defendiam a não interferência do organismo em assuntos estatais internos.

Resultado desse impasse em 2019, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador Paraguai e Peru formalizaram o pedido de retirada do bloco, esvaziando-o. Essas saídas fizeram com que não fosse eleito um novo secretário – geral, fazendo com que as atividades fossem interrompidas (SERBIN, 2009; LYRA, 2017)

#### **3.2.4. CELAC**

Por fim, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi criada em 2010 e é composta por todos os 33 países da América Latina e do Caribe. A CELAC promove o diálogo político e cooperações regionais em temas como segurança alimentar, energia, educação, saúde, inclusão social, desenvolvimento sustentável, transformação digital e infraestrutura para a integração (BRASIL, 2024)

Ela é fruto da III CALAC (Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento) e XXII Cúpula do Grupo do Rio, ocorrida nos dias 2 e 3 de dezembro de 2011 na capital venezuelana, que contou com a presença de mandatários dos 33 países da região. A partir da Declaração de Caracas decidiu-se o rumo da nova instituição: que a CELAC fosse mais que um fórum político, mas não substitutiva da OEA, ainda que em outra conjuntura futura pudesse sê-lo (VALENCIA, 2014).

A Comunidade Latino-Americana assumiu um papel importante em ser um espaço para enfrentamento de problemas comuns da região, servindo como local de concerto político, inclusive para nortear o relacionamento com os Estados Unidos. O plano de ação da instituição propões mais de cinquenta ações para a região que permeiam temas como: Crise financeira internacional e a nova arquitetura financeira; complementaridade e cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração; Energia; Infraestrutura para a integração física do transporte, as telecomunicações e a integração fronteiriça; Desenvolvimento social e erradicação da fome e a pobreza; Meio ambiente; Assistência humanitária; Proteção ao migrante;

Cultura; Tecnologia da Informação e comunicações (CELAC, PLANO DE AÇÃO, 2011).

Entre as maneiras que a integração age está a coordenação e interlocução em espaço multilaterais, como fóruns, encontros, cúpulas ou mesmo reuniões da agenda da ONU. Além disso, certas relações com outros atores do Sul Global, foram feitas através da CELAC, principalmente com relação aos temas que circulam na instituição, sendo a mesma um importante meio para exercer a cooperação Sul-Sul (SILVA, 2022).

Esse interesse em criar a instituição e ser símbolo dessa ampla cooperação regional foi fortalecido devido a, principalmente, esforços brasileiros. Com Lula no poder, e o intuito do mesmo de integração regional, a ideia foi abraçada por países que vivenciavam governos de esquerda como: Argentina, Bolívia, Cuba, Venezuela, Equador, El Salvador, Uruguai, Chile, Paraguai e Nicarágua. Assim, esses fizeram esforços para que a comunidade se concretizasse e entendiam ela como mecanismo multilateral alternativo para construção de uma identidade e integração da região (PEREIRA, 2016).

Embora, em seu objetivo, tenha sido definido que a mesma não visa confrontar a OEA, entende-se que a instituição consegue atender questões que a OEA é limitada. Um exemplo é a questão da descolonização das Ilhas Malvinas, tema trazido pela Argentina diversas vezes durante a Onda Rosa. Devido ao alinhamento dos Estados Unidos com o Reino Unido nesta questão, esse tema não avançou dentro da instituição protagonizada pelos Estados Unidos, mas deu voz a Argentina na CELAC (SILVA, 2022).

Dentro da sua importância decolonial e contra-hegemônica, a CELAC é a primeira organização, em 200 anos de história independente, a reunir todos os países soberanos da América Latina e do Caribe, sem a participação dos EUA ou de países europeus. A iniciativa representou um grande passo na história da integração regional

latino-americana e caribenha, tradicionalmente protagonizada pelo panamericanismo estadunidense (SILVA, 2022).

O caráter identitário também está presente na CELAC. A organização tem como pauta ser um instrumento de construção identitária, um “[...] dispositivo retórico coletivo que gera imagens e identidades, a partir das quais se ordenam vários processos de tomada de decisão na América Latina e no Caribe” (BONILLA; ÁLVAREZ, 2013, p. 8).

Nesse sentido engloba questões como: integração física, trabalho e emprego; agenda de segurança, drogas e terrorismo; problemas no âmbito social como migrações, erradicação da pobreza, segurança alimentar, educação e saúde; questões ambientais; e temas transversais, como cultura, gênero e direitos humanos (SILVA, 2022).

Dentro do tema identidade, a própria declaração de Caracas, aponta como a identidade é importante devido a história comum e lutas contínuas que o povo latino-americano enfrenta por justiça e liberdade (CELAC, 2011). Além disso, a preocupação com a cultura, a fim de evitar homogeneizações na região e valorizando a diversidade está presente também desde a fundação (SILVA, 2022).

Nesse sentido a CELAC também vai no caminho de uma abordagem diferente de regionalismo, tendo uma postura recolonizadora, que a coloca como um elemento-chave do processo de transformação sócio-histórica regional. A preocupação cultural, identitária, a não homogeneização dos povos e abrangência para Estados Latino-Americanos e Caribenhos mostra sua diferença e importância para o caráter emancipatório construído durante a Onda Rosa.

Como nas outras instituições, as dificuldades com o fim da Onda Rosa demonstraram também um enfraquecimento do grupo. Os Estados passaram a questionar a participação em blocos a partir da comparação que obtinham em outros mecanismos multilaterais. No entanto, diferente a UNASUL, a CELAC nunca interrompeu suas atividades, e mesmo com a saída do Brasil em 2020, não acarretou

ondas de retiradas. Contudo, não se pode negar que ela não possui mais um amplo caráter de construção alternativa regional como teve durante a Onda Rosa.

Nesse sentido percebe-se que essas quatro organizações ganharam características que se relacionam com as propostas decoloniais. Além disso é perceptível que o cenário de governos de esquerda de certa maneira alinhados propiciou essas cooperações regionais, buscando alternativas para se posicionar no sistema internacional vigente.

Os discursos proferidos nesse período são fundamento para compreender os esforços que os países aqui citados tiveram para participar ativamente das instituições, contribuindo para que essa integração regional fosse se fortalecendo. No entanto, com o passar dos anos e a saída de governos de esquerda de diversos países, esses agrupamentos foram perdendo seus caráter decoloniais e emancipatórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento “Onda Rosa” na América Latina está relacionado de diversas maneiras com o debate decolonial na primeira década no século XXI. Através do entendimento do que foi a ascensão desses governos progressistas e da visualização da teoria decolonial foi alcançado o objetivo de compreender a ligação entre os dois movimentos. Além disso foi comprovada a hipótese de que há uma mútua construção desses dois processos nas políticas externas dos países da região.

Através da escolha de analisar três países: Bolívia, Brasil e Argentina, esta correlação ficou ainda mais visível. Como apontado no início desse trabalho, a escolha desses países não foi apenas por sua relevância como atores regionais, mas também pela relação que tiveram com a Onda Rosa e as construções decoloniais. Posteriormente, com a análise de discursos de representantes desses países, e dos papéis que adquiriram em instituições regionais, a escolha fica ainda mais clara.

No primeiro capítulo desse trabalho, foi analisado o fenômeno Onda Rosa por um todo. Iniciou-se com o estudo das raízes revolucionárias que a onda progressista teve base no século XX. Posteriormente, ainda em uma análise histórica, compreendeu-se como o período neoliberal anterior possibilitou o acontecimento desse movimento. Além disso, foram analisadas as características que a ascensão de esquerda teve nesse período a fim de ressaltar a relação com o decolonialismo.

Entre as especificidades apontadas, vale retomar a “alta capacidade de reprodução que esse movimento adquiriu”, que pode ser vista na consolidação de instituições fazendo com que o efeito de repensar as desigualdades e o caráter emancipatório político e intelectual da região se espalhasse por grande parte dos países Latino-Americanos (mesmo que não tenham necessariamente colocado governos de esquerda no poder). Além disso, a ideia de “mudança” espalhada pelo movimento dialoga com a ideia de rompimento de relações do passado (coloniais) trazidas pelo decolonialismo.

Para complementar a análise foi observado as classificações que Onda Rosa possui sendo dividida em “Esquerdas Renovadoras” e “Esquerdas Refundadora”. Para aprofundar o entendimento dessa divisão a maneira que a Onda Rosa se comportou

na Bolívia, Argentina e Brasil foram pesquisados. A Bolívia, sendo parte das “esquerdas refundadoras”, que visavam de fato superar a ordem neoliberal do período anterior, incorporou essa característica em seus discursos, colocando o país como próximo da superação colonial. Já Brasil e Argentina, como parte das “esquerdas renovadoras”, buscaram criar desenhos para as políticas públicas e políticas externas, mas não necessariamente fazendo uma frente radical as instituições neoliberais.

Contudo, mesmo com essas diferenças características decoloniais puderam ser vistas nos três casos. Nesse sentido, no capítulo dois, foi estudado o decolonialismo. Em um primeiro momento, os principais conceitos foram apontados para fundamentar as próximas análises. Nesse momento, também foi colocado como o decolonialismo surgiu como corrente de pensamento na região, compreendendo que o mesmo não foi resultado da Onda Rosa, e não necessariamente a provocou, mas sim se fortaleceram ciclicamente.

Além disso, nesse capítulo, o estudo sob o fim dos efeitos de colonialidade demonstrou as possibilidades nas construções de alternativas intelectuais para repensar o desenvolvimento e a construção de cooperações a partir de um olhar do Sul Global. Entre essas alternativas foram apontados conceitos de estudiosos argentinos, brasileiros e bolivarianos. Entre os estudos há as propostas de “desocidentalização” e “desmodernização” de Walter Mignolo, o “repensar sob o desenvolvimento” de Francine Rossone, e o conceito de *Vivir Bien* trazido por Xavier Albó que pode ser visualizado na Constituição Boliviana e que influenciou outros documentos no território latino-americano.

Por fim, para estudar essa relação cíclica na política externa, no capítulo três foram analisados os discursos dos países focos e as instituições latino-americanas que faziam eco a essas falas em âmbito regional. Essa interligação de movimentos pode ser visualizada de maneira muito clara, principalmente, nos comportamentos dos líderes da Bolívia, Argentina e Brasil.

Assim, nesse capítulo final a análise de discursos foi realizada não apenas para exemplificar, como também para visualizar as características citadas anteriormente nas posições estatais. Esses discursos reforçaram as cooperações Sul-Sul, as buscas

por autonomia e fim dos lastros coloniais e demonstram os esforços para construir novos espaços de debates contra-hegemônicos.

Foi visto, então, uma busca por mudança na política externa, sendo concretizada com a institucionalização de cooperações regionais em todo movimento da Onda Rosa. A justificativa para esses alinhamentos foi muitas vezes colocada devido as raízes históricas coloniais semelhantes desses territórios. A análise desses novos arranjos através de novas organizações, ou mesmo de aprofundamento de instituições já pré-existentes reforça, principalmente, as preocupações decoloniais com cultura e identidade, demonstrando um caminho para a busca de superar as instituições ocidentais e permitir novas construções e transformações na região, que caracteriza o movimento da “Onda Rosa”.

Dentro das instituições que fez parte, a Bolívia se colocou a favor de uma ótica conta-hegemônica que buscava fazer frente as instituições do Norte Global. Já Brasil e Argentina, buscaram, dentro delas uma maior autonomia e relevância no cenário internacional, procurando alternativas, multilaterais e regionais para próprio desenvolvimento

Desta maneira, se entende que há relações entre esses dois movimentos e que eles se influenciam mutuamente. Enquanto, na academia, as construções decoloniais permitem alternativas epistemológicas que transitaram para o âmbito prático dentro de discursos e instituições, a “Onda Rosa”, com o carregamento de maiores preocupações sociais e de autonomia permitiram novos arranjos para esses discursos ganharem força. Por outro lado, esses discursos fundamentam as reflexões trazidas por governos progressistas, possibilitando análises dos vínculos coloniais que ainda podem ser vistos na sociedade latino-americana e são condicionadores da inserção internacional desses países da região.

Esse trabalho, então, é de suma importância para compreender a América Latina, suas cooperações e construções de política externa. Além disso, auxilia na análise acerca das reflexões sob uma nova Onda Rosa na região. Nesse ponto, a partir das características apontadas, já no final de 2024, é possível afirmar que essa nova onda da esquerda ou centro-esquerda deve ser mais breve. De acordo com

André Cruz, professor da Universidade Estadual de Campinas, a América Latina<sup>17</sup> vive um movimento pendular: de ida e volta de governos à direita e à esquerda do espectro político. "O importante é mudar de lado para ver se as coisas melhoram, porque o grau de descontentamento na América Latina nunca foi maior do que agora" (LAGOS, p.1, 2022).

O que de fato fica em aberto é a permanência ou não das construções de cooperações regionais e com o Sul Global durante o movimento pendular político da região.

---

<sup>17</sup> O conceito de América Latina derivou-se da noção de latinidade, expressão elaborada na França como forma de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América. O termo representa um passado de preconceitos raciais e de inferiorização do colonizado (QUENTAL, 2012). Faço-me ciente das problemáticas da denominação e utilizo-a para facilitar o entendimento geral do tema que é de suma importância dado que reconhecemos dentro da academia a região desta maneira. Acredito que apenas com a compreensão do decolonialismo de forma ampla podemos nos desprender da utilização de termos como esse.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBÓ, Xavier. SUMA QAMAÑ 'EL BUEN CONVIVIR. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 8, 2017.

AL-KASSIMI, Khaled. ALBA: A decolonial delinking performance towards (western)modernity—An alternative to development project. **Cogent Social Sciences**, v. 4, n.546418, 2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma história do Mercosul (1): do nascimento à crise. **Revista espaço acadêmico**, v. 119, n. 10, p. 106-114, 2011. ARAÚJO, Rafael; SILVA, Tiago. Apropriações da Revolução Cubana pela esquerda latino-americana no início do século XXI. *In*: SALES, Jean; ARAÚJO, Rafael; MENDES, Ricardo; SILVA, Tiago. **Revolução Cubana: Ecos, Dilemas e Embates na América Latina**. [S. l.]: Editora IFS, 2019. cap. Parte III, p. 274-30

ARGENTINA, Governo. Presidente (2003-2006: Néstor Kinchner). **Discurso do presidente da nação à Assembleia das Nações Unidas**. Casa Rosada, 14 set 2005. Disponível em <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24802-blank-72494261> Acesso em: 03 out. 2024.

ARGENTINA, Governo. Presidente (2003-2006: Néstor Kinchner). **Discurso do presidente da nação na Assembleia Geral das Nações Unidas**. Casa Rosada, 21 set 2004. Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24648-blank-4606731> Acesso em: 03 out. 2024.

ARGENTINA, Governo. Presidente (2003-2006: Néstor Kinchner). **Discurso do presidente da nação na 58° Assembleia Geral das Nações Unidas**. Casa Rosada, 25 set 2003. Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24454-blank-85438200>. Acesso em: 03 out. 2024.

ARGENTINA, Governo. Presidente (2003-2006: Néstor Kinchner). **Discurso do presidente da nação perante a Assembleia Geral das Nações Unidas**. Casa Rosada, 20 set 2006. Disponível em <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24976-blank-19227640> Acesso em: 03 out. 2024.

ARGENTINA, Governo. Presidente (2003-2006: Néstor Kirchner). **Discurso proferido diante da Honrável Assembleia Legislativa**. Casa Rosada, , 25 maio 2003. Disponível em: <https://www.caserosada.gob.ar/informacion/archivo/24414-blank-18980869>. Acesso em: 01 out 2024

AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008  
BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Editora José Olympio, 2012.

BLANCO, Luisa; GRIER, Robin. Explaining the rise of the left in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 48, n. 1, p. 68-90, 2013

BONILLA, Adrián; ÁLVAREZ, Isabel. Introducción: La Diplomacia de Cumbres frente al contexto internacional del nuevo multilateralismo político latinoamericano y del Caribe. In: **BONILLA, Adrián; ÁLVAREZ, Isabel (Eds.). Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e 223 Carolina Albuquerque Silva Iberoamérica**. San José: Flacso, 2013. p. 7-10.

BRASIL, Fundação Alexandre de Gusmão do Governo do. Presidente (2003-2006: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discursos em ocasião de: LVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque, [https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf)  
Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL, Fundação Alexandre de Gusmão do Governo do. **Discursos em ocasião de: LIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque, 16 set. 2004. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf). Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL, Fundação Alexandre de Gusmão do Governo do. **Discursos em ocasião de: LX Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque,

19 set. 2005. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil nas Nacoes Unidas 1946-2006 O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf) Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL, Fundação Alexandre de Gusmão do Governo do. **Discursos em ocasião de: LXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque, 20 set. 2006. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil nas Nacoes Unidas 1946-2006 O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf). Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL, Governo do. **Discurso de posse – 1º mandato.** Brasília, 01 jan. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL, Ministério da Cultura do. **56ª Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul destaca a diversidade cultural indígena.** Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/56a-reuniao-de-ministros-de-cultura-do-mercosul-destaca-a-diversidade-cultural-indigena>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **CELAC: Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-de-assistencia-direta-e-imediata-ao-ministro/assessoria-internacional/celac>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL, Ministério das Minas e Energia. **União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).** Disponível em: <https://antigo.mme.gov.br/web/guest/assuntos-internacionais/unasul#:~:text=A%20Uni%C3%A3o%20de%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Sul,23%20de%20maio%20de%202008>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRINGEL, Breno e CAIRO, Heriberto (2010) “Articulaciones del Sur Global: afinidad cultural, internacionalismo solidario e “Iberoamérica” en La globalización contrahegemónica”. In: Heriberto Cairo e Ramón Grosfoguel (Eds.) **Descolonizar la modernidad. Descolonizar Europa: diálogos Europa- América Latina.** Madrid: IEPALA, pp.233-255sil.

CALZAVARA, João Carlos. Onda rosa: nuances e interpretações na América Latina do século XXI. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 02, 2021.

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS BRASIL DO SÉCULO XXI. **Vinte e Sete Anos de Economia Brasileira: 1995-2021**. Brasília, junho de 2022.

CEPAL, N. U. Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). CEPALSTAT: **painel de controle. CEPALSTAT**. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=1&lang=es>. Acesso em: 01 ago. 2024

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília: **FUNAG**, 2007. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf). Acesso em: 01 out. 2024.

COSTA, Edmilson. A globalização e os clássicos do imperialismo. **UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas**. v. 24, 2012.

COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond International Relations Theory. **Millennium – Journal of International Studies** 1981; 10; 126

DA SILVA, Fabricio Pereira. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures**, n. 5, 2015.

DA SILVA, Marcos Antonio. Colonialidades, Dependências e Desigualdades: velhos e novos dilemas latino-americanos em “América Latina em seu labirinto: democracia e autoritarismo no século XXI”. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 3, p. 326-332, 2020.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto, PANFICHI, Aldo (orgs.) (2006). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra.

DE PAULA, Francine Rossone. A saga pelo desenvolvimento e/ou autonomia na América Latina: a ascensão e queda do Brasil. In: **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2021. p. 259-284.

DE SOUZA, Nilson Araújo. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. Editora Atlas SA, 2007.

ERBÓ, *Morre na Bolívia o eminente sacerdote e antropólogo Xavier Albo*. **AMÉRICA CONSOLATA**. Disponível em : <https://consolataamerica.org/pt/morre-na-bolivia-o-eminente-sacerdote-e-antropologo-xavier-albo/>. Acesso em: 01 ago. 2024

FERRO, Larissa Cristina de Sousa. A guinada à esquerda na América do Sul: os casos argentino e boliviano. 2015.

FERRARI, Maria Eduarda Silveira et al. A cooperação regional nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022): uma sistematização das normativas do Mercosul, Unasul e CELAC. **Universidade Federal de Santa Catarina**. 2023.

FREITAS, William Daldegan de. Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA): as particularidades de um projeto inovador. Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 **Encontro Nacional ABRI 2011**, 2011.

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. Bolívia: A história sem fim. In: **A Bolívia no espelho do futuro**. DOMINGUES, José Maurício et. al. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GONZÁLEZ, Gustavo. O processo de privatização na Argentina. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 47, n. 3, p. 73-76, 1993.

GRAZIANO, Valéria. A CULTURA COMO HORIZONTE PARA UMA INTEGRAÇÃO REGIONAL CONTRA-HEGEMÔNICA: propostas para o Mercosul cultural no contexto da nova onda rosa. **Arte 21**, v. 21, n. 2, p. 6-17, 2023.

GRAZIANO, Valéria Teixeira; GUARIGLIO, Mónica. O lugar da cultura na integração regional sul-americana: uma análise do MERCOSUL cultural no contexto do regionalismo pós-liberal. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 21, n. 42, p. 151-176, 2022.

LENIN, Vladimir I. Imperialismo; IMPERIALISMO, O. Fase superior do capitalismo. **São Paulo: Alfa-Omega**, 1916.

LECHÍN, Daniel Agramont. Bolivia mira hacia el sur: el ingreso al Mercosur y la política exterior de Evo Morales. **Nueva Sociedad**, n. 259, p. 15, 2015.

LISSARDY, Gerardo. As diferenças entre avanço da esquerda na América Latina e 'onda rosa' de duas décadas. **BBC News**, [S. l.], p. 1, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61989885>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MAMACOCA. Presidente (2006-2019: Evo Morales). **Palabras Del Presidente De La República, Evo Morales Ayma, En Su Discurso Ante Las Naciones Unidas**, Nova Iorque, 19 set 2006. Disponível em: [http://www.mamacoca.org/docs\\_de\\_base/Cifras\\_cuadro\\_mamacoca/palabras\\_del\\_presidente\\_de\\_la\\_republica\\_%20Evo\\_Morale\\_%20Ayma\\_discurso\\_Naciones\\_Unidas\\_septiembre\\_2006.htmlf](http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Cifras_cuadro_mamacoca/palabras_del_presidente_de_la_republica_%20Evo_Morale_%20Ayma_discurso_Naciones_Unidas_septiembre_2006.htmlf). Acesso em: 03 out. 2024.

MARTINS, Carlos Eduardo. Consenso de Washington. **Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea de América Latina e do Caribe**. Rio de Janeiro/São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas/Boitempo, 2006.

**MERCOSUL.** Objetivos do Mercosul. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercosul/>. Acesso em: 03 out. 2024.

MEUNIER, Isabel; DE ALMEIDA MEDEIROS, Marcelo. Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 3, p. 673-712, 2013.

MIGNOLO, Walter. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, v. 431, p. 21-25, 2013.

MIGNOLO, W. D. Delinking. The Rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, [S. l.], v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007.

MOREIRA, Carlos, RAUS, Diego, GÓMEZ LEYTON, Juan Carlos (coords.) (2008). **La nueva política en América Latina: rupturas y continuidades**. Montevideu: Flacso Uruguay, UNLa, Arcis, Trilce

NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno Crh**, v. 29, p. 59-75, 2016.

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA).** Quem somos. Disponível em: [https://www.oas.org/pt/sobre/quem\\_somos.asp](https://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp). Acesso em: 03 out. 2024.

**OBSERVATÓRIO DE REGIONALISMO.** ALBA: Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América. Disponível em: <https://observatorio.repri.org/glossary/alba-alianca-bolivariana-para-os-povos-de-nossa-america/>. Acesso em: 03 out. 2024.

PÁEZ, Sergio Martin. Notas sobre Neoliberalismo, Geopolítica e Estratégias nacionais de desenvolvimento de América Latina no começo do século XXI. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 7, n. 2, 2017

PINO, Bruno Ayllón. AMÉRICA LATINA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. *In*: IPEA. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. [S. l.: s. n.], 2014. cap. 7, p. 175-202

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza. *Epistemologias do Sul*. 2. ed. [S. l.: s. n.], 2010. p. 73-117.

REIS, Guilherme Simões; VIEIRA, Soraia Marcelino. Left-Wing Populists in Latin America. 2009.

ROSSONE, Francine. *Francine Rossone*. **USP** Disponível em: <https://www.iri.puc-rio.br/equipe/francine-rossone/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Descolonizar: abrindo a história do presente**. Autêntica Editora, 2023.

SERBIN, Andrés. Los nuevos regionalismos y la CELAC: Los retos pendientes. Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: **CELAC e Iberoamérica**, p. 47, 2014.

SILVA, Carolina Albuquerque. A cultura na agenda da CELAC a partir de uma perspectiva teórica descolonizadora. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 21, n. 42, p. 203-227, 2022.

SOLER, Juan Carlos Vargas. La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a la construcción de Otra economía La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a la construcción de Otra economía. *In*: Red De Investigadores Latinoamericanos De Economía Social Y Solidaria. **Otra Economía: Revista**

Latinoamericana De Economía Social Y Solidaria. 4. Ed. [S. L.: S. N.], 2009. V. III, Cap. Economía Social Y Solidaria: Contribuciones Teóricas, P. 46-65. Isbn 1851-4715

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula. 2. ed. [S. l.]: **Gen Atlas**, 2008. 356 p. ISBN 8597004959

STUART, Ana Maria. Novas lideranças na América do Sul: O caso Kirchner. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TLOSTANOVA, Madina; MIGNOLO, Walter. Global coloniality and the decolonial option. **Kult**, v. 6, n. Special Issue, p. 130-147, 2009.

TOLEDO, Aureo. Perspectivas Pós - Coloniais e decoloniais em Relações Internacionais: a parte que nos cabe nesse percurso. In: TOLEDO , Aureo. **Perspectivas Pós - Coloniais e decoloniais em Relações Internacionais**. [S. l.: s. n.], 2021. cap. 1, p. 19- 35.

UNLP. Presidente (2006-2019: Evo Morales). **Discurso de Evo Morales al asumir la presidencia de Bolivia**, Bolívia , 22 jan 2006. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/wp-content/uploads/sites/162/2020/09/Extracto-Discurso-de-Evo-Morales.pdf> . Acesso em: 03 out. 2024.

VADELL, Javier Alberto. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília v. 49, n. 1, 2006.

VIEIRA, Tiago Renato Tobias. A Revolução boliviana de 1952: Entre a ruptura e a desilusão. In: **Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas (SEPECH)**, 6., 2010, Universidade Estadual de Londrina.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo Jr; CORREIA, Rodrigo Alves. Relação entre política doméstica e integração regional: Uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.